

ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis

SABER

Aspectos importantes da evolução da profissão e da educação na área contábil no Brasil

Por Luana Priscila Wunsch e Ana Maria Murbach Bortolanza



Regionais

Presidente e diretoria da Amacic ministram diversas palestras e cursos online

Exclusiva Abracicon

Os Atos Potenciais e a informação contábil

Conversa Afinada

Entrevista com Silvania Nossa



ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



 YouTube



**Inscreva-se no canal do Youtube
da Associação Interamericana
de Contabilidade - AIC**

**e acompanhe eventos virtuais gratuitos,
podcasts e muito conteúdo para o
desenvolvimento profissional dos
contadores da América Latina!**

<https://bit.ly/3rfVMoT>

EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER
EDIÇÃO Nº 34 – NOVEMBRO/DEZEMBRO de
2020 e JANEIRO de 2021 ISSN: 2357/7428

Editor

Academia Brasileira de Ciências Contábeis
(Abracicon)

Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edf. CFC, 4º
andar, CEP: 70070-920 – Brasília (DF)

Contato:

(61) 3314-9453
abraciconsaber@abracicon.org.br

I. DIRETORIA DA ABRACICON

Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

Diretor de Administração e Finanças

José Antonio de França (DF)

Diretor Operacional

Antônio Carlos Nasi (RS)

Diretora de Ensino e Pesquisa

Gardênia Maria Braga de Carvalho (PI)

II. CONSELHO FISCAL

Membros efetivos

Washington Maia Fernandes (MG)
Presidente
Jucileide Ferreira Leitão (RN)
Irineu De Mula (SP)

Membros suplentes

Alcedino Gomes Barbosa (GO)
Roberta Carvalho de Alencar (CE)
José Corrêa de Menezes (AM)

Coordenadora do Conselho Editorial

Acadêmica Dra. Gardênia Maria Braga de
Carvalho

Conselho Editorial

Acadêmico Clovis Belbute Peres
Acadêmico Elias Dib Caddah Neto - Ms.
Acadêmico José Antonio de França - Dr.
Acadêmico José Eustáquio Giovannini - Ms.
Acadêmico Vicente Pacheco - Dr.

Revisão: Maria do Carmo Nóbrega

Colaboradoras: Fernanda da Silva Costa e
Luciana Martins da Silva Sousa

Projeto Gráfico, Redação e Diagramação
CQueiroz Comunicação – (81) 3429.5846

Fotos: Cedidas pelas Academias Regionais e
Abracicon

Permitida a reprodução de qualquer matéria,
desde que citada a fonte. Os conceitos
emitidos em artigos assinados são de
exclusiva responsabilidade de seus autores.

www.abracicon.org.br

Edição n. 34

Caros profissionais,

A propósito do título do artigo Prime desta edição da Abracicon Saber (Aspectos importantes da evolução da profissão e da educação na área contábil no Brasil), muito tem se falado sobre a evolução e o futuro da profissão contábil nos diversos encontros dos quais tenho participado. Este é certamente um dos temas mais debatidos, sobretudo, em virtude dos impactos trazidos pela pandemia de Covid-19. Algumas pessoas revelam preocupação (muito natural no contexto em que estamos vivendo), mas a grande maioria, por sua vez, demonstra entusiasmo e muito otimismo com relação ao futuro do ensino e da profissão contábil.

A imagem dos nossos profissionais perante a sociedade tem mudado ano após anos, dando-nos a certeza de que estamos em crescente evolução. Tudo isso graças a um planejamento de educação continuada e de qualificação dos professores, os quais vêm se dedicando continuamente ao seu próprio aprimoramento e incentivando seus alunos a fazerem o mesmo, especialmente com a franca participação em cursos, congressos, seminários e com o investimento em pós-graduação lato e stricto sensu.

Tenho estado cada vez mais otimista com relação ao futuro da nossa profissão, essencialmente por termos a tecnologia como a nossa grande aliada, facilitando o serviço, viabilizando o ensino a distância e nos permitindo executar o nosso trabalho com mais velocidade, com uma margem muito pequena de erros e retrabalhos. Assim, passamos a ter muito mais segurança ao orientar os gestores na correta tomada de decisão.

Com relação às notícias veiculadas nesta edição da nossa Abracicon Saber, devo destacar uma intensa atuação de nossas Academias, as quais têm provado, cada vez mais, que o distanciamento social não é impeditivo para que as ações sejam executadas.

Quero aproveitar para parabenizar os acadêmicos de todas as Academias Regionais do Brasil pelo trabalho



Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente da Abracicon

exemplar verificado não somente durante o trimestre, mas ao longo de todo este ano de 2020, especialmente pela vivência deste ano atípico, repleto de muitos desafios e readaptações em virtude da crise sanitária do coronavírus. Todas as numerosas ações podem ser facilmente verificadas a partir das próximas páginas.

Assim como as Academias Regionais, a nossa Abracicon também tem cumprido fielmente o seu firme propósito de promover o desenvolvimento das Ciências Contábeis no Brasil. Como presidente da Abracicon, participei do 4º Seminário de Gestão da Profissão Contábil realizado pelo CRCES e da primeira edição do projeto "Conexión Educa y Aprende", realizada pela AIC, CFC e apoiada pela Abracicon, que debateu as Tecnologias aplicadas à Educação. Realizamos também o tão esperado II Encontro Nacional das Academias Regionais de Ciências Contábeis e da ExpoAbracicon, sob o lema "A Consolidação e a Evolução do Saber". Profissionais da contabilidade e lideranças contábeis estiveram presentes ao evento, por meio da plataforma Zoom, e assistiram à posse de quatro novos acadêmicos da Abracicon e à palestra "Gestão da Emoção - Qualidade de Vida no Século XXI", com o psiquiatra, professor e escritor brasileiro Augusto Cury.

Veremos também, nas próximas páginas, o lançamento do livro pelo acadêmico da Abracicon Valério Nepomuceno, com o título "Contabilidade do Capital"; os nossos tradicionais artigos; duas preciosas entrevistas (com Sylvania Nossa e Edgard Cornacchione); o Mural do Acadêmico com a querida Marta Arakaki; os preciosos ensinamentos do professor José Antonio de França; as dicas de publicações do professor Clóvis Belbute Peres; e nossa homenagem de 100 anos ao contador Militino Rodrigues Martínez.

Boa leitura.



43

Aspectos importantes da evolução da profissão e da educação na área contábil no Brasil

05

Presidente e diretoria da Amacic ministram diversas palestras e cursos online



56

especializando-se

A Contabilidade em minha vida



perfil

58

Marta Maria
Ferreira Arakak

13

academia

4º Seminário de Gestão da Profissão Contábil

19

exclusiva abracicon

Os Atos Potenciais e a informação contábil

32

artigo científico

A precificação de honorários contábeis em Mato Grosso do Sul: A visão dos profissionais da contabilidade sobre a tabela de honorários

60

socializando o conhecimento

Taxonomia das Organizações sem Fins Lucrativos

61

espaço do acadêmico

Militino Martinez: um centenário



perfil

63

Edgard
Cornacchione

conversa afinada



54

Entrevista com
Sylvania Nossa

66

indicações

A Tirania do Mérito

Presidente e diretoria da Amacic ministram diversas palestras e cursos online

O II Congresso Acadêmico UniCathedral virtual foi realizado nos dias 4 a 7 de novembro tendo como tema central: As Competências Profissionais no Século XXI. Na primeira noite do evento o Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso – CRCMT e Vice-Diretor de Finanças da AMACIC, Acadêmico PAULO CÉSAR SANTOS RÜHLING apresentou a palestra “As Perspectivas da Profissão Contábil para o novo Milênio”. No dia 5 o Presidente da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis – AMACIC, Acadêmico IVAN ECHEVERRIA apresentou a palestra “A Contribuição da Tecnologia no Crescimento da Profissão Contábil. No dia 6 o Professor e Acadêmico EDERALDO JOSÉ PEREIRA DE LIMA apresentou a palestra “O Impacto das Mudanças na Legislação Tributária de Mato Grosso para as Organizações”. O Acadêmico JOÃO BERNARDES FERREIRA JÚNIOR, Professor da UniCathedral, atuou nos eventos, inclusive na apresentação dos painéis da última noite.

Em 17 de novembro, na Temporada de Lives da FBC foi apresentado o tema “Inteligência artificial para uma gestão estratégica”, pelo

palestrante Danilo Soares Montemor, tendo como mediadora a Conselheira do CFC e Diretora de Administração da AMACIC, Acadêmica SILVIA MARA LEITE CAVALCANTE.

O Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro – CRCRJ, criou o evento “A NOVA ERA CONTÁBIL” tendo a Conselheira do CFC e Diretora de Administração da AMACIC, Acadêmica SILVIA MARA LEITE CAVALCANTE em 18 de novembro apresentado a palestra on line, denominada Arbitragem e Mediação e Perícia Contábil na Nova Era.

Assembleia Geral e Posse

No dia 21 de novembro de 2020, foi realizada Assembleia Geral virtual, em cuja abertura houve a apresentação audiovisual do Hino Nacional Brasileiro, quando tomaram posse sete novos membros no quadro associativo da AMACIC, sendo na Cadeira nº 13, Patrono ACYNDINO BRASIL, o Acadêmico AROLD DE LUNA CAVALCANTI; na Cadeira nº 40, Patrono JOSÉ OLÍVIO ROSA, o Acadêmico THIAGO SILVA GUIMARÃES; na Cadeira nº 62, Patrono NELSON DE SOUZA SILVA, o Acadêmico CLAITON SOUZA CAVALCANTE; na Cadeira nº 63, Patrona HEMORGENAS TAQUES

DE ASSUNÇÃO, o Acadêmico LUCIÊNIO ROSA E SILVA JÚNIOR; na Cadeira nº 64, Patrono IVAN DEMETRI SILVA, o Acadêmico ALEXSSANDER DE CAMARGO; na Cadeira nº 65, Patrono NELI SPADER, a Acadêmica WALDNA FRAGA SILVA; na Cadeira nº 66, Patrono LISBERTO MARIANO NEGRÃO, a Acadêmica CRISTIANE OTÍLIA COLOSSI BERNHARDT. No encerramento tivemos a apresentação audiovisual do Hino de Mato Grosso.

Palestras e cursos

De 24 a 26 de novembro o Webinar FRAUDE CONTÁBIL E CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA, via zoom meetings, foi realizado no período vespertino pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, tendo como entidades parceiras o Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso – CRCMT, a Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis – AMACIC e o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas de Mato Grosso – SESCON/MT. A abertura do evento coube ao Presidente do CRCMT e Vice-Diretor de Finanças da AMACIC, Acadêmico PAULO CÉSAR SANTOS RÜHLING. No dia 25 a abertura dos trabalhos coube ao Presidente da AMACIC, Acadêmico



IVAN ECHEVERRIA e no último dia as palavras iniciais couberam ao Presidente do SESCON/MT, Contador AMAURI ANILSON MENACHO.

Em 26 de novembro a Conselheira do CFC e Diretora de Administração da AMACIC, Acadêmica SILVIA MARA LEITE CAVALCANTE realizou a palestra "O sistema CFC/CRCs e as perspectivas da profissão Contábil no Brasil" na Faculdade INVEST de Ciências e Tecnologia, em Cuiabá.

O acadêmico EVANDRO BENEDITO DOS SANTOS, com o apoio da Academia Mato-Grossense de Ciências Contábeis e do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso elaborou o projeto e coordenou a Palestra PERÍCIA CONTÁBIL: Aspectos Jurídicos, Normas Brasileiras de Contabilidade, Cálculos Periciais e Trabalhistas, atuando como palestrante e em conjunto com a Advogada Lilian dos Santos Rocha Freitas e o Contador Walter Luiz Martins Almeida, tendo o presidente da AMACIC, Contador Ivan Echeverria feito nas palavras iniciais a apresentação da AMACIC, no dia 28 de novembro.

O Acadêmico ALDO NUSS ministrou o curso a distância denominado ESTRUTURA E ANÁLISE DO BP (BALANÇO PATRIMONIAL) E DRE (DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO) cujo objetivo foi apresentar a análise das demonstrações financeiras (BP e DRE) de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e legislação em vigor; capacitando o participante a entender a evolução conceitual para a prática do estudo da análise de balanço

e da DRE, para que possa reconhecer as influências externas que possam interferir no desempenho das empresas, permitindo uma melhor compreensão da posição atual e das tendências futuras, nos dias 30 de novembro, 1, 2 e 4 de dezembro, no total de 16 horas.

Em 3 de dezembro a Diretora de Administração Acadêmica SILVIA MARA LEITE CAVALCANTE realizou a palestra "Honorários Periciais: Critérios de Valoração", para a Associação de Peritos Contadores do Estado de Goiás – ASPECON-GO, apresentada ao vivo no YouTube.

Publicações

No dia 7 de dezembro de 2020, o presidente IVAN ECHEVERRIA, membros da Diretoria Executiva e vários Acadêmicos da AMACIC participaram da segunda edição do Encontro Nacional das Academias de Ciências Contábeis e quarta edição da ExpoAbracicon, apresentada de forma virtual tendo como iniciativa estreitar, ainda mais, os laços entre os Acadêmicos da Abracicon e das Academias Regionais. No evento foi apresentada a obra Gestão Quantitativa Empresarial, elaborada pelo Acadêmico JOAQUIM EDUARDO DE MOURA NICÁCIO.

A Vice-Diretora de Ensino e Pesquisa da AMACIC, Professora Doutora GISELI ALVES SILVENTE, Coordenadora da Comissão de Assuntos Tributários do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso – CRC/MT e da Comissão de Estudos Tributários

do Departamento de Ciências Contábeis da UFMT, elaborou o artigo "O peso dos tributos, a Reforma Tributária e ICMS em Mato Grosso", cujo teor, pela abrangência e interesse para a sociedade foi publicado em 7 de dezembro nos seguintes veículos de comunicação do Estado:

Os Acadêmicos da AMACIC Adriano Antônio Siqueira, Ederaldo José Pereira de Lima, Hell Hans Coelho, Ney Mussa de Moraes e Ivan Echeverria, juntamente com Professores da Universidade de Cuiabá – UNIC, nos dias 9 e 10 do mês de dezembro foram avaliadores de Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, apresentados pelos alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis nos temas: Auditoria Contábil, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade do Terceiro Setor, Contabilidade Gerencial na "4ª MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE DE CUIABÁ - UNIC". A estruturação do evento coube ao Coordenador do Curso e Acadêmico Eden Aristoflavy Maranhão Praeiro.

A Vice-Diretora de Ensino e Pesquisa da AMACIC, Professora Doutora GISELI ALVES SILVENTE, Coordenadora da Comissão de Assuntos Tributários do Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso – CRC/MT e da Comissão de Estudos Tributários do Departamento de Ciências Contábeis da UFMT, elaborou o artigo "ICMS em MT: contribuinte investiu e fez ajustes para atender novos cálculos", cujo teor, foi publicado em 18 de dezembro no veículo de comunicação do Estado: G1 Mato Grosso, Link da Notícia: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/especial-publicitario/gl-contabilidade/noticia/2020/12/18/icms-em-mt-contribuinte-investiu-e-fez-ajustes-para-atender-novos-calculos.ghtml>.

A Acadêmica WALDNA FRAGA SILVA, em conjunto com o Contador ILDO ADEMIR FACCI, fez a apresentação na live com transmissão ao vivo, em 22/12 da "Preparação para Encerramento do Exercício e Regras de Final de Mandato 2020", pelo Grupo Atame.



APC presenteia classe contábil com o livro "Pronunciamentos Contábeis aplicados aos Negócios"

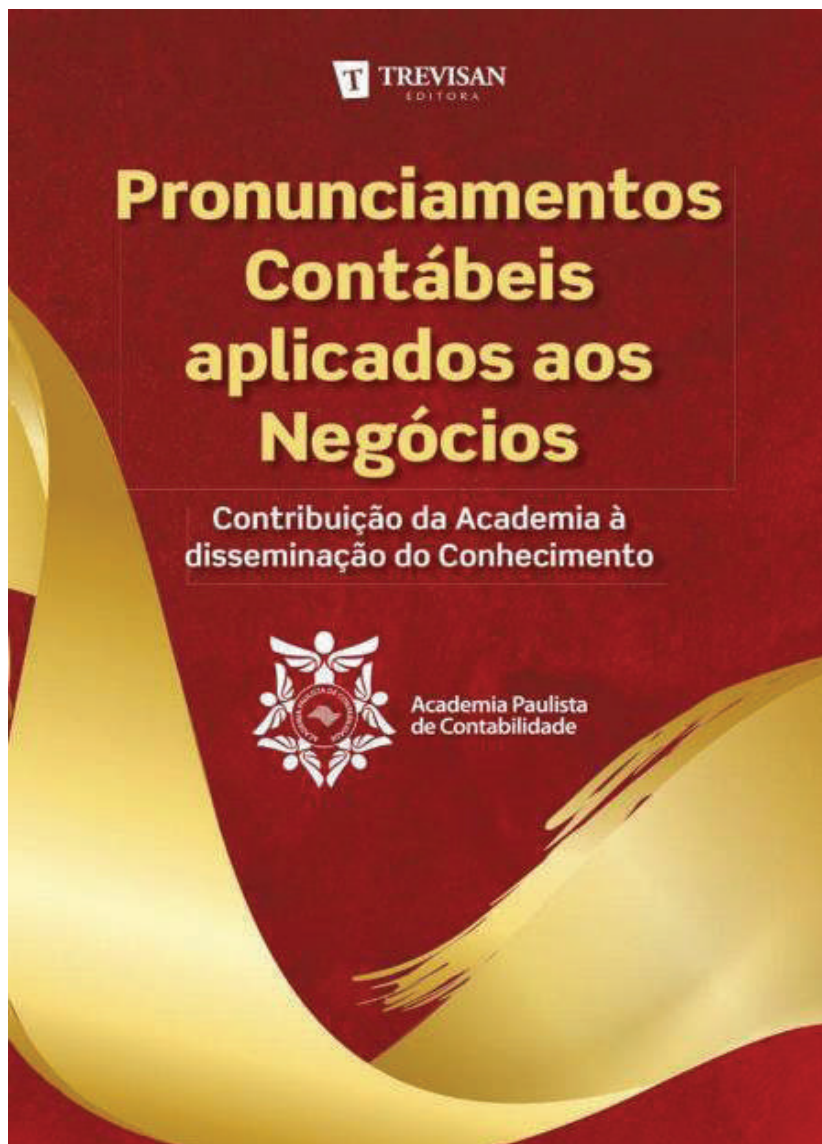
Os membros da Academia Paulista de Contabilidade (APC) reuniram-se virtualmente, no dia 18 de dezembro, para avaliar as ações realizadas no ano de 2020 e tratar de projetos e temas de interesse dos profissionais da contabilidade para o ano de 2021.

Lançamento de um Livro

Um dos temas tratados na reunião foi o lançamento do segundo livro da Academia, "Pronunciamentos Contábeis aplicados aos Negócios" - Contribuição da Academia à disseminação do Conhecimento, que aconteceu no dia 7 de dezembro, por ocasião das comemorações dos 74 anos do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP).

O livro "Pronunciamentos Contábeis aplicados aos Negócios" é uma coletânea de 18 textos técnicos, distribuídos em 300 páginas, dos quais 14 tratam dos Pronunciamentos Contábeis, e quatro abordam um rápido histórico da profissão, o perfil do profissional do futuro, a importância do contador para os negócios, além dos desdobramentos contábeis em ambiente de crise.

A obra foi transformada em e-book e está disponível para download aos profissionais, empresários e estudantes de Contabilidade no site da Academia: www.apcsp.org.br, onde pode ser acessado o volume



na íntegra e também por capítulos. O livro encontra-se disponível gratuitamente também nas livrarias virtuais: Amazon - <https://amazn.to/33Usous>; Google - <https://bit.ly/37MrdPL>; Kobo - <https://bit.ly/3gxxqD5>.

Eventos de sucesso

Entre as muitas realizações do ano findo, os acadêmicos se debruçaram sobre os resultados positivos do III Congresso Internacional de Contas Públicas, realizado em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), no período de 24 a 26 de setembro, que reuniu cerca de 4.500 participantes do Brasil e de outros países; e a contribuição de

diversos acadêmicos à 9ª Semana Paulista da Contabilidade, promovida pelo Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP), de 17 a 21 de setembro, o que gerou visibilidade e reconhecimento nacional e internacional para o sindicato e também para a Academia.

Parceria internacional

No ano de 2020, ainda com o intuito de contribuir para uma melhor formação dos profissionais da contabilidade, a APC pleiteou à Universidade de Tóquio, do Japão, uma parceria, pela qual serão disponibilizados modelos de ensino sobre a Contabilidade Pública, para serem implantados nos

curso de Ciências Contábeis das universidades brasileiras.

Diante de todas as dificuldades e obstáculos causados pela pandemia da Covid-19, a Academia se renovou neste ano de 2020, disse o presidente da APC, Domingos Orestes Chiomento: "Nesse novo momento, a Academia atuou fortemente por meio da transmissão de eventos virtuais, articulou importantes parcerias, e lançou este livro que é uma peça de valor inestimável, tanto pelos conhecimentos técnicos que transmite quanto pelos acadêmicos que assinam os textos, dando uma grandiosa contribuição para a disseminação de experiências,

conhecimentos e análise das tendências futuras da profissão", afirmou.

Projeções para 2021

Na ocasião, foram definidos outros temas de interesse da Academia e da classe contábil como um todo, e alguns projetos da nova Diretoria eleita para o triênio 2021-2023. Entre as ações previstas para 2021, a APC vai manter um sistema híbrido de lives e eventos presenciais, iniciativas tecnológicas que eram pouco utilizadas e hoje enriquecem ainda mais os conhecimentos dos profissionais e dos empresários da contabilidade, firmas novas parcerias, além de lançar um novo livro.

Atocon publica e-book sobre história, trabalhos e planos da academia

No último trimestre de 2020, os diretores da Academia Tocantinense de Ciências Contábeis (Atocon), além de suas atividades comuns, uniram esforços para publicar um e-book que conta a história da academia, os trabalhos já realizados, os planos para a gestão 2019 a 2023 e a iniciativa de implantação do primeiro doutorado em Ciências Contábeis do Estado. Além disso, a publicação visou mostrar para a sociedade quem são os acadêmicos e os colaboradores.

Sob a iniciativa da Diretoria de Ensino e Pesquisa e da Presidência, o livro "ATOCCON

- Academia de Ciências Contábeis" foi o primeiro passo para a edição de outros livros que virão e mostrarão a importância da pesquisa e da disseminação de informações no meio contábil, além de ser um documento histórico que mostra a participação do Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins como incentivador ao propósito da instituição e os primeiros projetos realizados com sucesso.

Os 27 acadêmicos que compõem a academia, com currículos de alta expressão, foram convidados a organizar e a dar o primeiro passo na inserção de



um ambiente de pesquisa e de colaboração com a intenção para o ano vindouro de promover editais de chamamentos para profissionais e a comunidade acadêmica de todo o estado.

(ACCA) – Academia de Ciências Contábeis do Amazonas Empossa Diretoria para o Biênio 2021-2022

No dia 11 de dezembro do 2020, em cerimônia ocorrida no Auditório da Faculdade La Salle de Manaus/AM, foi realizada a solenidade comemorativa aos 12 (doze) anos de fundação da Academia de Ciências Contábeis do Amazonas - ACCA. A reunião aconteceu de forma híbrida, com a participação presencial dos membros da diretoria, mas também remotamente, em virtude da pandemia de COVID-19, com transmissão viabilizada pelo canal do YouTube – ACCA 12 anos.

Ao saudar os presentes, o então Presidente Armínio Adolfo de Pontes e Sousa agradeceu a todos pelo apoio durante os dois anos de seu mandato e despediu-se da presidência com o anúncio do lançamento da “Revista Resenha Contábil”, plataforma de iniciativa da ACCA que possui o objetivo de difundir o conhecimento da contabilidade e em nosso país. O acesso ao conteúdo integral da revista pode ser realizado no link <https://www.flipsnack.com/accaevista/alf-revista-resenha-contabil-acc.html>.



Figura 1
Armínio Adolfo de
Pontes e Souza



Na ocasião foram empossados 05 (cinco) novos membros efetivos da ACCA, cujos nomes foram aprovados em processo seletivo. A presidência e convidados deram as boas-vindas aos Contadores Ygor Felipe Távora da Silva, Maria Albanisa Correia Marinho, Ubaldino Fernandes Jinkings Júnior, Simone Amâncio de Souza Menezes e Stephanie Negreiros dos Santos.



Figura 2 - Novos membros da ACCA

Ainda, na oportunidade, foi empossada a Diretoria para o biênio 2021-2022, cujos nomes foram ratificados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de outubro 2020. A Presidente empossada, Maria de Fátima Brito Durães, agradeceu a confiança e solicitou que cada Diretoria elaborasse seu Plano de Trabalho para 2021. De modo especial, disse que espera contar com o trabalho de cada Diretoria e cada Acadêmico para fortalecer o reconhecimento da Academia não apenas no meio acadêmico, sobretudo na sociedade, anseio que se traduz em meta para o próximo biênio.

O Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas, representado pela Presidente Joseny Gusmão da Silva, se fez presente na solenidade da Academia de Ciências Contábeis do Estado do Amazonas. Também prestigiaram o evento os vice-presidentes Edna Dinelli (Câmara de Desenvolvimento Profissional) e André Caria (Câmara de Fiscalização), bem como os conselheiros do CRCAM Maria da Paz Nunes, Simone Amâncio de Souza Menezes e Valcy Maciel Negueiros, além dos representantes das comissões Programa de Voluntariado da Classe Contábil do Amazonas, Comissão da Mulher Contabilista do Amazonas, Comissão Jovens Lideranças do Amazonas e Comissão Política Institucional do Amazonas.

Conheça a diretoria da Academia de Ciências Contábeis do Amazonas para o biênio 2021/2022:

Maria de Fátima Brito Durães (Presidente)

Armínio Adolfo de Pontes e Sousa (Vice-Presidente)

Maria Adelaide Ribeiro Cruz (Secretária Geral)

José Luiz Silva (Secretário Geral Adjunto)

Antônio Augusto de Sá Colares (Tesoureiro)

José Corrêa de Menezes (Tesoureiro Adjunto)

João Rezende Dantas (Diretor de Promoções e Eventos)

Bruno Cordeiro Lorenzi (Diretor de Edições)

Dagmar Mendonça de Lyra (Diretora de Patrimônio)

Conselho Fiscal:

Lucilene Florêncio Viana (Presidente)

Marcos Eduardo Costa Pimentel (Membro Titular)

Suani Alves dos Santos (Membro Titular)

Valmir César Pozzetti (Membro Suplente)

Leia Pereira de Lima (Membro Suplente)

Clécio Alder de Souza Castro (Membro Suplente)



Figura 3 - Presidente empossada Maria de Fátima Brito Durães



Figura 4 - Passagem da Presidência da ACCA



Figura 5 - Joseny Gusmão da Silva, Presidente do CRCAM



Figura 5 - Joseny Gusmão da Silva, Presidente do CRCAM

Apecicon realiza 10^o Academicon com painel e posse dos novos acadêmicos



A Academia Pernambucana de Ciências Contábeis - Apecicon, realiza, anualmente, o ACADEMICON, quando empossa novos acadêmicos e premia personalidades relevantes da classe contábil. A 10ª edição do evento, foi realizado no dia 26 de novembro de forma online com transmissão ao vivo no Youtube e Facebook da Apecicon, em ocasião

do aniversário dos seus 43 anos de existência.

O evento teve como principal atração a mesa redonda com o contador Jeronymo Libonati, o economista Ecio Costa e a mediação da Acadêmica Cacilda Andrade.

Na ocasião, foi realizada a Solenidade de Posse dos novos acadêmicos, a saber:

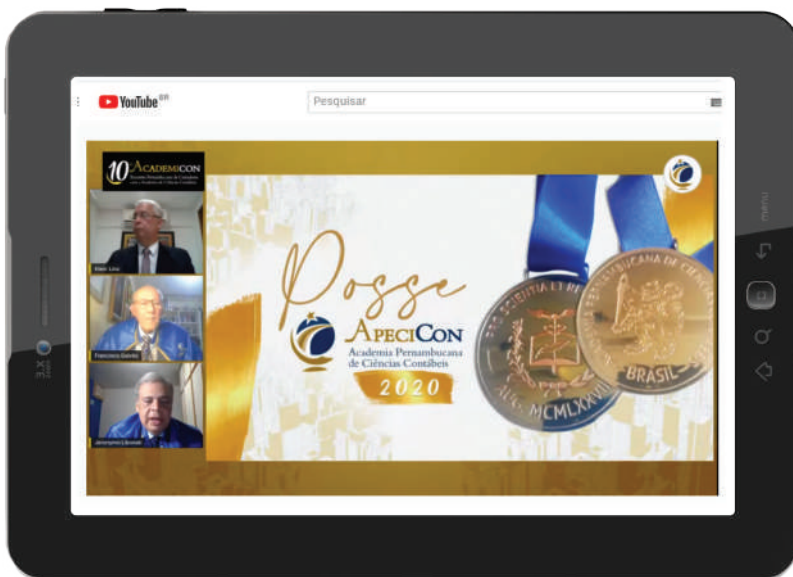
O primeiro acadêmico empossado foi o contador Jeronymo José Libonati, na cadeira 11, que tem como patrono é o Contador Contador Julio de Barros Silva. Como padrinho, o Contador Francisco de Assis Galvão Barreto Pinho.

O Contador João Eudes Bezerra Filho, foi o segundo acadêmico empossado da noite, que assumiu a Cadeira 23, cujo patrono é o Contador Teodulo Tavares de Miranda. Como madrinha, a Contadora Cacilda Soares de Andrade.

A terceira empossada, Contadora Suênia Graziella Oliveira de Almeida Santos do Nascimento, teve como padrinho o Contador Marcelo Galvão Guerra e assumiu a Cadeira 29, que tem como patrono, o Contador Manoel Roberto de Lima.

Um dos momentos mais emocionantes





Agraciado:
Severino Ramos - In Memoriam
 Medalha de Mérito Contábil Professor
 Dr. José Francisco Ribeiro Filho



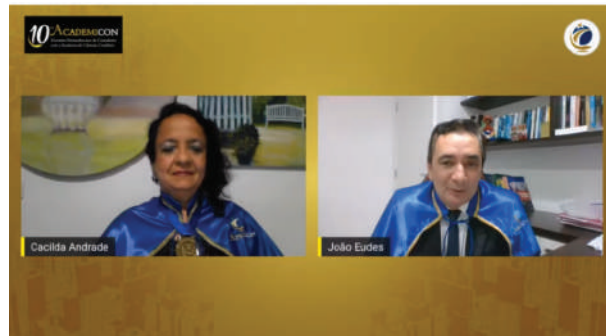
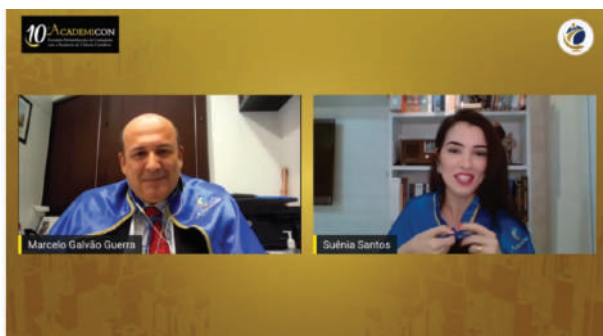
foi a entrega da Medalha de Mérito Acadêmico Professor Dr. Francisco Ribeiro, em homenagem póstuma ao Contador Severino Ramos da Silva in memmorian. A comenda é destinada a condecorar os que, em suas atividades científicas, culturais, profissionais e administrativas, relacionadas com a Contabilidade,

se tenham distinguido de forma notável e contribuindo direta, ou indiretamente, para a elevação da classe contábil e/ou acadêmica.

A Medalha foi recebida, com muito orgulho e gratidão pela família do agraciado, quando sua filha Gibrane, proferiu breves e belas palavras sobre a trajetória do pai e o amor que cultivou pela profissão durante toda sua vida.

Durante o evento foram realizadas ainda duas homenagens póstumas, enaltecendo as valiosas contribuições dos Acadêmicos Rosivaldo Justino e Roberto Paes na história da academia.

O evento terminou com um "brinde virtual", feito pelo presidente da Apecicon, o Contador Francisco de Assis Galvão Barreto Pinho, em comemoração ao aniversário da Academia.



4º Seminário de Gestão da Profissão Contábil

A presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim, participou do 4º Seminário de Gestão da Profissão Contábil realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Espírito Santo (CRCES), no dia 19 de novembro.

"Preciso enfatizar o quanto esse momento de novos desafios e quebra de paradigma nos trouxe a possibilidade de resgatar o valor do ser humano, dando-nos várias oportunidades de crescermos como pessoas e como gestores e, assim, melhorarmos nossos relacionamentos em todas as áreas. Outra questão primordial foi a união das entidades. Atuamos de mãos dadas para sairmos mais fortes dessa crise, e isso tem um significado especial para a postura diante do novo cenário."



1ª edição do projeto "Conexión Educa y Aprende"

A 1ª edição do projeto "Conexión Educa y Aprende" foi realizada pela AIC, CFC e apoiada pela Abracicon, que debateu as Tecnologias aplicadas à Educação. Foi um momento em que foram discutidas as tendências do ensino contábil e as suas melhores práticas, compartilhando habilidades e experiências para formação do futuro Contador por meio da troca de experiências entre educadores

de toda a América Latina. O evento aconteceu no dia 20 de novembro e contou com a presença da presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim; contador Zulmir Ivânio Breda, presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); contador Aécio Prado Dantas Júnior, vice-presidente

de Desenvolvimento Profissional do CFC; Mario E. Díaz Durán, presidente da Comissão Técnica Interamericana de Educação da Associação Interamericana de Contabilidade; Wendy Beatriz Witt Haddad Carraro, professora de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS); Mariela Svetlichich Duque, professora adjunta da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da República do Uruguai.

CONEXIÓN
educa **y** aprende

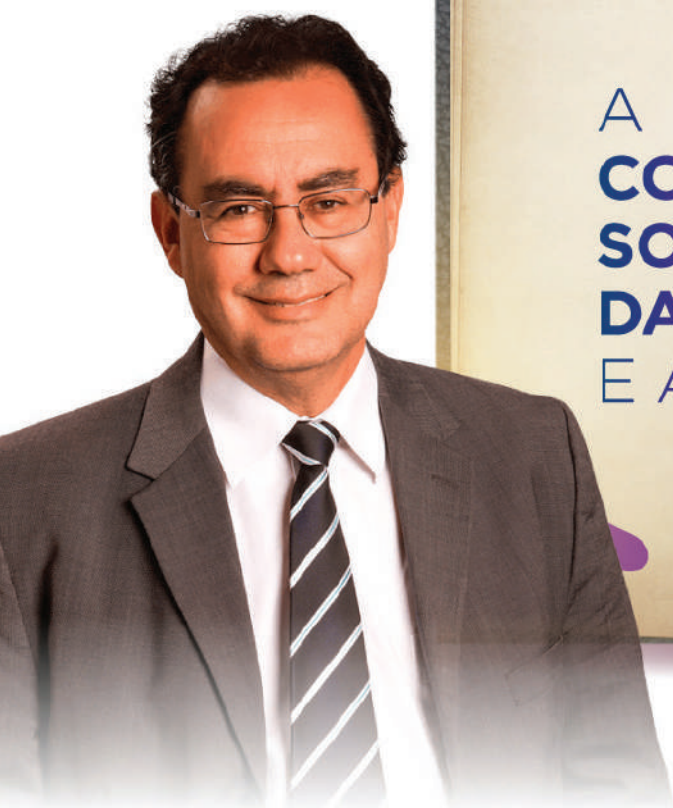




II ENCONTRO NACIONAL DAS ACADEMIAS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



IVExpo
ABRACICON



Augusto Cury

Abertura



Contador Adeildo Osório de Oliveira
Presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC)



Contador Zulmir Ivânio Breda
Presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)



Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC)

Solenidade de Posse novos Acadêmicos



Fábio Moraes da Costa (ES)
Cátedra nº 66
Patrono: Nicolau Schwes (RS)



Diana Vaz de Lima (DF)
Cátedra nº 34
Patrono: Lindomar Antonio Fabro (SC)



Rosa Maria Abreu Barros (MG)
Cátedra nº 53
Patrono: Hugo Rocha Braga (RJ)



Fernando Caio Galdi (ES)
Cátedra nº 13
Patrono: Antônio Lopes de Sá (MG)

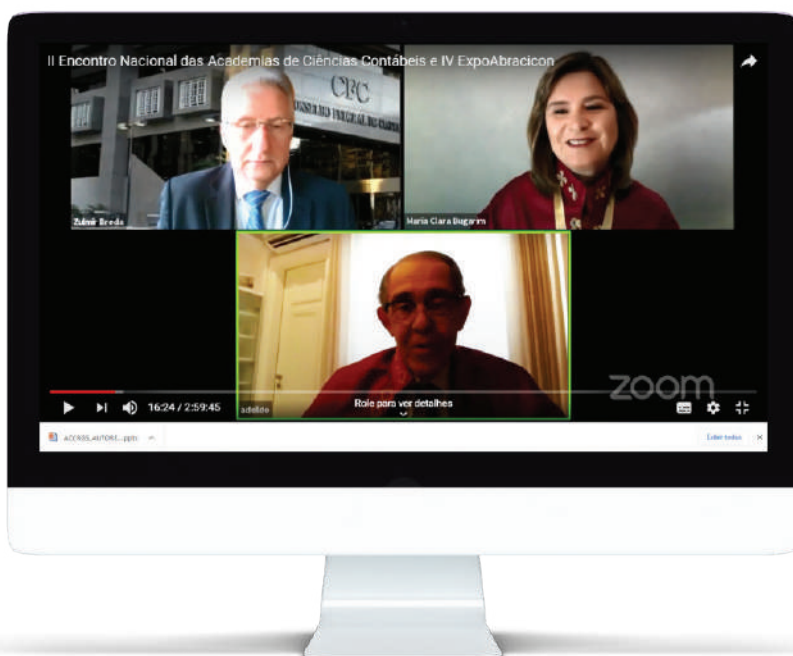
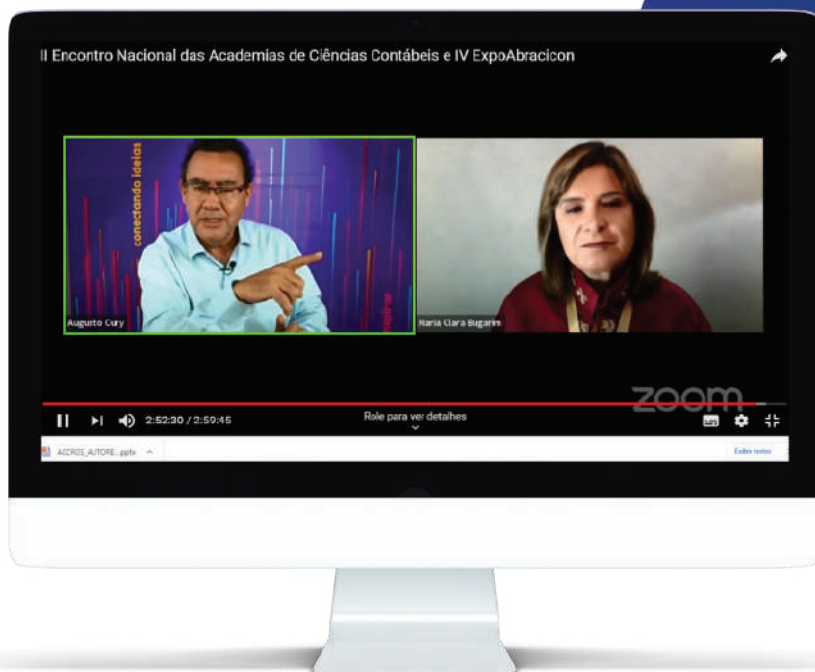


ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



II ENCONTRO NACIONAL DAS ACADEMIAS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A Evolução da Contabilidade deu o tom ao II Encontro Nacional das Academias Regionais de Ciências Contábeis e à ExpoAbracicon Sob o lema "A Consolidação e a Evolução do Saber", profissionais da contabilidade e lideranças contábeis estiveram presentes à Solenidade de Abertura do II Encontro Nacional das Academias Regionais de Ciências Contábeis e da 4ª ExpoAbracicon, que aconteceu no dia 7 de dezembro, no formato online, por meio da plataforma Zoom. Os eventos são promovidos pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e pelas 23 Academias Regionais.



Abertura

A presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim, lamentou a não realização do evento presencial em função do distanciamento social, mas, por outro lado, ressaltou que tal situação “não nos fez retirar o foco das nossas causas maiores, pelo contrário, serviu para nos aproximar ainda mais, apertando os laços da nossa união”.

Ainda em sua fala, Maria Clara deu destaque aos 106 trabalhos

científicos, entre eles 98 artigos e 8 livros, que foram desenvolvidos por acadêmicos da Academia Brasileira, às 65 obras (52 artigos e 13 livros) criadas nas Academias Regionais por seus membros.

A solenidade contou ainda com as presenças do presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Ivânio Breda, e do presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) Adeildo Osório de Oliveira.

Os dois eventos já fazem parte do calendário oficial das entidades e têm por objetivo promover o estímulo à produção literária, à apuração da visão crítica e o intercâmbio cultural e social entre os participantes, além de realizar o lançamento de obras publicadas pelos acadêmicos das Academias de todo o Brasil. A primeira edição dos dois eventos aconteceu durante do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Fortaleza.



Durante o Encontro, quatro novos acadêmicos da tomaram posse na Abracicon. Os contadores e professores Fernando Caio Galdi (ES) passou a ocupar a Cátedra 13, que tem como patrono Antonio Lopes de Sá; Diana Vaz de Lima (DF), ocupa agora a Cátedra 34, cujo patrono é Lindomar Antonio Frabro; Rosa Maria Abreu Barros (MG), assume a Cátedra 53, do patrono Hugo Rocha Braga; e Fábio Moraes da Costa assume a Cátedra 66, que tem o patrono Nicolau Schwez. Eles foram eleitos após assembleia realizada

SOLENIIDADE DE POSSE NOVOS ACADÊMICOS

em fevereiro de 2020 na sede da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, em Brasília (DF).

Para Maria Clara, os novos acadêmicos são proeminentes profissionais da contabilidade, portadores de notório saber,

renome e sapiência. “Tenho a certeza de que os profissionais de alto quilate a serem empossados no dia de hoje darão a sua benéfica contribuição no cumprimento dos propósitos maiores desta agremiação de notáveis, que repousam, principalmente, na difusão das Ciências Contábeis; na promoção da valorização educacional, cultural e profissional; e no desenvolvimento e estímulo do conhecimento científico, filosófico e tecnológico das Ciências Contábeis”.

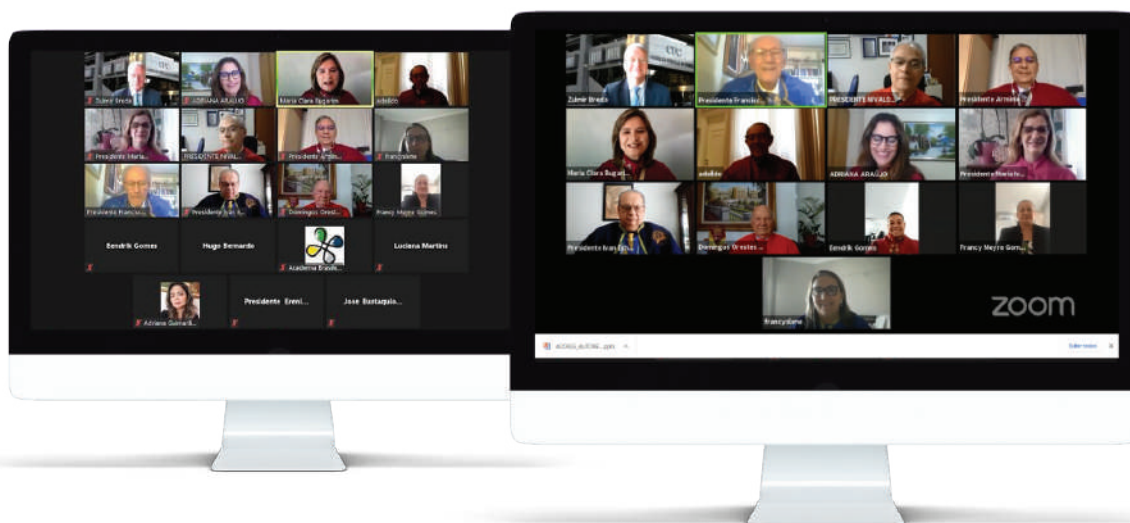


Com a palestra “Gestão da Emoção - Qualidade de Vida no Século XXI”, o psiquiatra, professor e escritor brasileiro Augusto Cury foi uma das atrações mais esperadas do Encontro. Com mais de 15 milhões de livros vendidos e mais de 60 livros publicados em

dezenas de países, é considerado o autor mais lido da última década com seu best-seller O Vendedor de Sonhos, adaptado para o cinema em 2016.

Idealizador da Teoria da Inteligência Multifocal, que

analisa o processo de construção dos pensamentos. É criador da AGE, a primeira Academia de Gestão da Emoção on-line, que já transformou as vidas de mais de 25 mil alunos através dos cursos e treinamentos com as ferramentas de Gestão da Emoção.



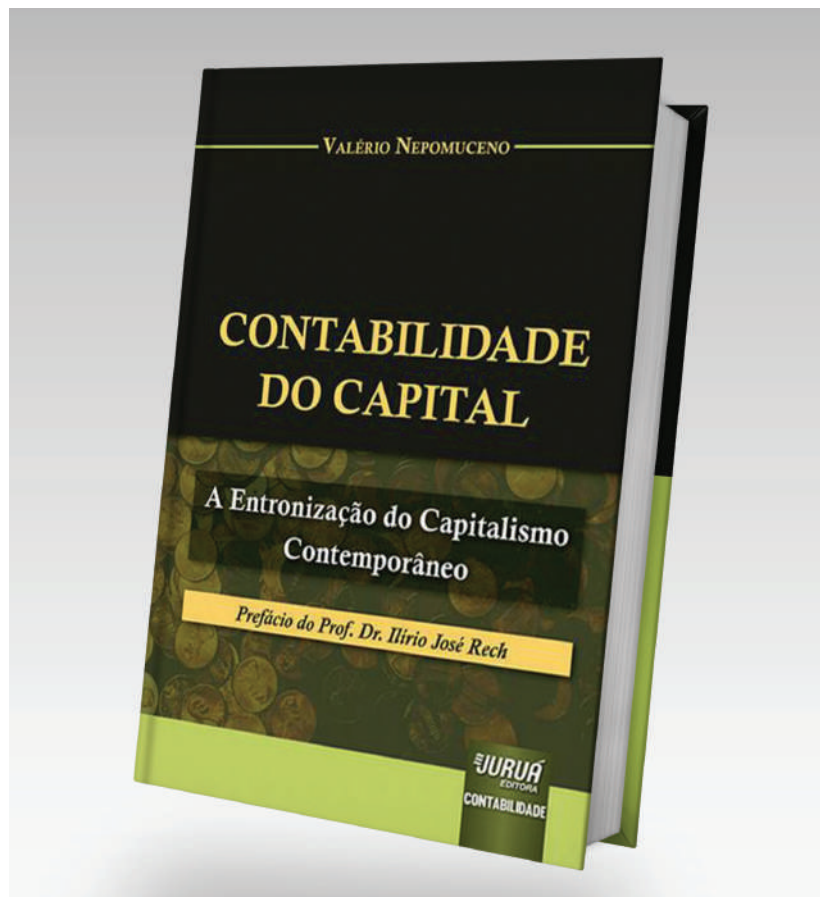
Valério Nepomuceno lança livro com o tema: Contabilidade do Capital.

O Acadêmico da Abracicon Valério Nepomuceno lança o livro *Contabilidade do capital – A Entronização do Capitalismo contemporâneo*, e já disponível para aquisição no site ou Televendas da Juruá Editora.

A obra *Contabilidade do Capital* é um estudo dedicado a verificar o real papel desempenhado pela Contabilidade nas sociedades contemporâneas frente ao capitalismo. Das relações de cumplicidade entre Contabilidade e o capitalismo contemporâneo emergem os seguintes atores: o contador e suas agremiações (IASB/FASB), as corporações multinacionais, as Big Four (quatro maiores empresas de auditoria do mundo) e a sociedade civil.

A historiográfica e a construção de teorias contábeis se dão em um complexo processo de interesses particulares, como se públicos fossem, escamoteados pela fineza da retórica da persuasão em que os números são apresentados como inequívocos. A garantia da aparente exatidão é balizada pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS) cujo papel precípuo, frente à sociedade, é oferecer a chancela do inequívoco, como se outro caminho não existisse (aparente força da neutralidade).

Porque comprar *Contabilidade do Capital* é, provavelmente, a única obra do gênero no Brasil. Estabelecer as relações de proximidade, de cumplicidade entre Contabilidade e Capitalismo Neoliberal permitiu esclarecer, em certa medida, as razões de dependência da



Contabilidade em relação ao capitalismo contemporâneo.

A financeirização da Contabilidade por meio de instrumentos, como as IFRS, reificaram, entronizaram o capitalismo neoliberal e tem permitido a impressionante acumulação exponencial da riqueza na mão de uns poucos seres humanos. Para aqueles que buscam elementos historiográficos, teóricos e críticos da Contabilidade e suas relações estreitas com a retórica da persuasão, certamente, a *Contabilidade do Capital* é a referência indispensável.





Os Atos Potenciais e a informação contábil

RESUMO

O objetivo deste artigo é tratar teoricamente dos fenômenos contábeis relacionados com as contas de controle denominadas de Atos Potenciais ativos e passivos e abordar descritivamente os seus conceitos, características, registros e evidenciação dos mesmos junto aos demonstrativos contábeis. Embora seja descritiva a pesquisa, é utilizado o método de análise de texto e hermenêutica com a interpretação dos autores sobre o tema e a analogia para comparação do estabelecido em doutrina, proporcionando a busca de novos estudos por parte da academia. Utiliza referenciais bibliográficos como meios. Trata-se de um passo para a iniciativa de novos estudos, devido à sua complexidade, tendo em vista que o tema tratado, o que exige estudos

teóricos e experiências sobre eles.

Palavras-chave: Atos potenciais, contas de compensação, balanço patrimonial, contabilidade pública.

INTRODUÇÃO

A contabilidade passa por um processo de convergência a padrões internacionais. Desde 2008, no ramo da contabilidade empresarial e de 2014 em diante um grande avanço no setor público. Tanto o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) buscam assegurar as regras de contabilidade e, neste sentido, há uma divisão entre públicas e privadas (BRASIL, 2010; CFC, 2008).

As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP) estão sendo criadas, seguindo a lógica

tratada pela International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), assim como os manuais de contabilidade por parte dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, sendo eles STN e Tribunais de Contas. As normas adotaram uma conceituação política e institucional, ligada às regras normais de contabilização ou especificamente de normalização² (FERREIRA, 1983).

As Ipsas são normas internacionais de contabilidade aplicadas ao Setor Público, desenvolvidas pela Federação Internacional de Contadores (Ifac) com o objetivo de melhorar a qualidade e a comparabilidade das informações contábeis divulgadas por entidades do setor público ao redor do mundo.

As normas contábeis apresentam um conceito institucional e regulam a forma de evidenciação contábil que

são expressas nas demonstrações ou balanços. A evolução das normas, sejam elas internas ou externas, é salutar desde que respeitem as regras gerais do conhecimento humano (SÁ, 1994), e da lógica (FERREIRA, 1981), sob pena de, não sendo assim, tornar-se apenas um movimento político com vistas aos interesses próprios (RUIZ, s/d). Existem normas específicas para cada parte dos demonstrativos contábeis; algumas dessas são as relativas às contas de compensação, especificamente os ativos e passivos contingentes, tema central deste artigo.

Este artigo tem como foco as contas de controle denominadas de Atos Potenciais, contribuindo com algumas discussões sobre os conceitos patrimoniais, principalmente os voltados para o reconhecimento das provisões junto às contas de Passivo. Segundo a NBC TSP 03, a provisão "é um passivo de prazo ou valor incerto".

O problema a ser investigado é: como é o tratamento dos atos potenciais ativos e passivos em sua descrição no Plano de Contas aplicado ao setor público (PCASP) na sua versão estendida para os entes municipais da Federação, e quais raciocínios ou explicações ou mesmo críticas poderemos extrair dos normativos. É um trabalho de fortalecimento do entendimento da investigação (MARTINS e LOPES, 2007). Esta investigação contribui para a teoria da contabilidade, já que os estudos teóricos desta colaboram para a interpretação e conhecimento das políticas institucionais que estão nas normas (SILVA, 2012).

A abordagem deste trabalho é qualitativa por versar sobre normas, sua análise, estudos e conceitos, em um tipo de análise de texto, trazendo analogia com a doutrina e a teoria da Contabilidade, sem aprofundar nos aspectos técnicos e nas estatísticas, ou seja, foca na definição normativa e na sua interpretação (CRESWELL, 2007).

Os métodos utilizados são os mesmos consagrados neste tipo de pesquisa;

primeiro o método de interpretação; e o método analógico para apresentarmos comparações entre o que analisamos e o que a teoria apresenta, de forma a apresentar conceitos e críticas na forma mais adequada (LEITE, 2008). Assim, trata-se de pesquisa levar em consideração a norma; analógica por comparar o estabelecido na doutrina contábil; e explicativa por apresentar conclusões e significados sobre a letra da regra (TRIVIÑOS, 2008).

Quanto aos meios, a pesquisa é

“ como é o tratamento dos atos potenciais ativos e passivos em sua descrição no Plano de Contas aplicado ao setor público (PCASP) na sua versão estendida para os entes municipais da Federação, e quais raciocínios ou explicações ou mesmo críticas poderemos extrair dos normativos. ”

bibliográfica ou de referenciais bibliográficos já que consulta as normas, os livros, artigos, legislações e normativos de órgãos de classe e de fiscalização institucional, tendo natureza normativa e explicativa, tendo em vista que os autores apresentam a sua interpretação, conforme a natureza hermenêutica (VERGARA, 2000).

Trata-se de um trabalho relevante e necessário para os entes públicos, o que o justifica, já que no setor público ainda não foi apresentado trabalho desta

natureza, o qual tenderá a colaborar para a melhor evidenciação e transparência das demonstrações contábeis, sendo, portanto, considerada uma pesquisa inédita, havendo sempre algo relacionado apenas ao setor privado.

Os autores não têm a pretensão de esgotar o assunto e assim busca despertar outros interesses dos profissionais e estudantes da Contabilidade no sentido de aprofundar nos referidos estudos.

2. Conceitos e normas contábeis

A Contabilidade Pública é o ramo da Contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações. Seu foco está na administração pública nas esferas de governo União, estados, Distrito Federal e municípios, cada um com as suas respectivas autarquias e fundações públicas, incluindo também as empresas estatais dependentes.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é organizada na forma de sistema de informações; e o que anteriormente era foco em subsistema de informações, agora é mais visto como grupos de natureza da informação, ou seja, o patrimonial, o orçamentário e o de controle. Nas contas de natureza patrimonial, estão incluídas as contas do sistema financeiro, enquanto nas contas de natureza orçamentária estão incluídas as contas relacionadas com o plano plurianual e o orçamento anual. Nas informações de controle, estão englobados o sistema de custos e o de compensação.

Assim, a contabilidade pública tem a sua atuação no registro e controle do patrimônio, nos fatos modificativos, permutativos e mistos; e também em todos os atos praticados pelo administrador, sejam de natureza orçamentária (previsão da receita, fixação da despesa, empenho, descentralização de créditos, etc.), ou sejam meramente administrativos (contratos, convênios, acordos, ajustes, avais, fianças, valores sob responsabilidade, comodatos de

bens, etc.) representativos de valores potenciais que poderão afetar o patrimônio no futuro, seja de forma qualitativa ou quantitativa.

A contabilidade registra os atos e fatos de natureza orçamentária, financeira, patrimonial e de compensação e o seu escopo relaciona-se ao controle e gestão dos recursos públicos como um todo. Com o advento da LRF, a Contabilidade Pública alçou uma maior importância e valorização.

Segundo o Portal de Contabilidade, com base no Manual de Fiscalização Preventiva do CFC, o objetivo da Contabilidade aplicada à Administração Pública é o de fornecer à administração informações atualizadas e exatas para subsidiar as tomadas de decisões; informações aos órgãos de controles interno e externo, para o cumprimento da legislação; e informações estatísticas e outras de interesse dessas instituições governamentais e particulares³.

Ciente dos registros dos atos e fatos, é necessário primeiro identificar os conceitos de tais expressões na Contabilidade.

Fatos contábeis são acontecimentos ocorridos na empresa ou entidade pública que provocam alterações qualitativas no seu patrimônio, envolvendo um conhecimento econômico relacionado à riqueza patrimonial. No plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), os fatos são registrados nas classes 1 – Ativo, 2 – Passivo e Patrimônio Líquido, 3 – Variações Patrimoniais Diminutivas e 4 – Variações Patrimoniais Aumentativas.

Os atos contábeis advêm dos atos administrativos, os quais são acontecimentos em geral que ocorrem na entidade, mas que não alteram de imediato o seu patrimônio, ou seja, aqueles eventos que não ocasionam alteração de patrimônio (bens, direitos e obrigações), tais como o registro da elaboração orçamentária e a sua movimentação, assim como os controles dos chamados atos potenciais ativos e passivos.

Contas com Informações de Natureza Típica de Controle

Nos controles devedores (classe 7) são classificadas as contas com função precípua de controle dos atos potenciais com esta característica, ou seja, o registro de abertura dos controles dos contratos e os convênios e ainda a inscrição de controles por meio de fatos contábeis praticados pelo gestor que podem vir a refletir na gestão do patrimônio público, como exemplo, são mencionados os créditos inscritos em dívida ativa, a fontes de recursos, a programação financeira, entre outros.

Já nos controles credores (classe 8) são classificadas as contas com função de execução do controle dos atos potenciais caracterizados com esta característica credora, ou seja, a execução de todos os atos e fatos praticados pelo gestor que possam vir a refletir na gestão do patrimônio público, tais como movimentação dos créditos inscritos em dívida ativa, a movimentação das fontes de recursos e a movimentação da programação financeira.

Assim, são contas criadas especificamente para registrar os atos potenciais e os diversos controles, também conhecidos como contas de compensado ou compensação, ou seja, os contratos e os convênios e ainda a inscrição de controles por meio de fatos contábeis praticados pelo gestor que podem vir a refletir na gestão do patrimônio público. A execução dos atos e fatos é exatamente

aquela cuja abertura se deu na classe 7 e será encerrada nesta mesma classe.

Em se tratando de eventos contábeis, tais registros de atos potenciais poderão se apresentar imediatos ou não, junto aos fatos contábeis, por exemplo: realização dos direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; realização da responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; baixa ou inclusão de garantias e contragarantias recebidas e concedidas, ativos e passivos contingentes, que quando movimentados, paralelamente podem afetar ou não a movimentação patrimonial.

São exemplos de atos as decisões normais sobre a conduta dentro da organização, tais como: nomeação da diretoria, elaboração de manuais de procedimentos, reuniões, aplicação de advertências, contratação ou demissão de funcionários, assunção de avais, assinaturas de convênios, assinaturas de contratos, conhecimento sobre um provável ativo ou passivo no futuro.

O ato de contratar ou demitir, por exemplo, não gera lançamento contábil no momento, mas produzirá fatos contábeis no mês do fato gerador, observando o princípio da competência, que gerarão obrigações para com aqueles funcionários. Entretanto, alguns dos exemplos citados são atos potenciais que podem ser controlados por meio de eventos contábeis nas contas de controle, com sua abertura na classe 7 e os movimentos de débitos e créditos



de execução na classe 8, ou seja, respectivamente, o registro do que ainda está por se executar e do foi executado.

O Plano de contas e a conta contábil

Conforme a Seção 1.3 do MCASP4, e, buscando inicialmente um conceito mais patrimonial, apresenta-se que conta é a expressão qualitativa e quantitativa de fatos de mesma natureza, evidenciando a composição, variação e estado do patrimônio, bem como de bens, direitos, obrigações e situações nele não compreendidas, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo. Entretanto o plano de contas é formado pelas contas patrimoniais, pelas de natureza orçamentária e pelas de natureza de controle, sejam eles administrativos ou financeiros. Aponta também que as contas são agrupadas segundo as suas funções, e que possibilitam, entre outras:

Identificar, classificar e efetuar a escrituração contábil, pelo método das partidas dobradas, dos atos e fatos de gestão, de maneira uniforme e sistematizada;

Acompanhar e controlar a aprovação e a execução do planejamento e do orçamento, evidenciando a receita prevista, lançada, realizada e a realizar, bem como a despesa autorizada, empenhada, realizada, liquidada, paga e as dotações disponíveis;

Elaborar os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, de Fluxo de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Resultado Econômico;

Conhecer a composição e situação do patrimônio analisado, por meio da evidenciação de todos os ativos e passivos;

Analisar e interpretar os resultados econômicos e financeiros; e

Controlar contabilmente os atos potenciais oriundos de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

Atentando-se principalmente para o foco voltado para as contas de controle, o último item citado trata das classes 7 e 8 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), os quais estão apontados nos grupos 7.1 e 8.1. O quadro a seguir aponta as contas relacionadas com os atos potenciais em suas naturezas "devedora e credora".

Contas de Natureza de Controle para Conferência de Saldos

Conta de Natureza Devedora	Conta de Natureza Credora
7.0.0.0.00.00 Controles Devedores	8.0.0.0.00.00 Controles Credores
7.1.0.0.00.00 Atos Potenciais	8.1.0.0.00.00 Execução dos Atos Potenciais
7.1.1.0.00.00 Atos Potenciais Ativos	8.1.1.0.00.00 Execução dos Atos Potenciais Ativos
7.1.1.1.00.00 Garantias e Contragarantias Recebidas	8.1.1.1.00.00 Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas
7.1.1.2.00.00 Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	8.1.1.2.00.00 Execução de Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres
7.1.1.3.00.00 Direitos Contratuais	8.1.1.3.00.00 Execução de Direitos Contratuais
7.1.1.9.00.00 Outros Atos Potenciais Ativos	8.1.1.9.00.00 Execução de Outros Atos Potenciais Ativos
7.1.2.0.00.00 Atos Potenciais Passivos	8.1.2.0.00.00 Execução dos Atos Potenciais Passivos
7.1.2.1.00.00 Garantias e Contragarantias Concedidas	8.1.2.1.00.00 Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas
7.1.2.2.00.00 Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	8.1.2.2.00.00 Execução de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres
7.1.2.3.00.00 Obrigações Contratuais	8.1.2.3.00.00 Execução de Obrigações Contratuais
7.1.2.9.00.00 Outros Atos Potenciais Passivos	8.1.2.9.00.00 Execução de Outros Atos Potenciais Passivos

Fonte: MCASP, 8ª ed. Seção 3.5.1.

Os ativos e os passivos contingentes

Considerando os conceitos contábeis, o ativo refere-se aos bens e direitos que a entidade mantém e que podem gerar riqueza, enquanto o passivo se refere à saída de dinheiro das entidades. Assim, também, mesmo ainda não sendo passivo, mas sendo provisionado como passivo, representará uma saída de recursos, mesmo porque o seu prazo e o seu valor ainda é incerto.

Entre os atos potenciais, constam os ativos e os passivos contingentes. O termo contingente é utilizado para ativos e passivos que não são reconhecidos, tendo em vista que a sua existência só será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da entidade.

Os usuários da informação contábil, principalmente do setor público, sejam os gestores, as instituições financeiras, ou mesmo os cidadãos, necessitam conhecê-las com base no princípio da transparência e na Lei da Informação, Lei n.º 12.527, vigente a partir de 16 de maio de 2012. Esta lei regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A lei vale para os três Poderes da União, estados, Distrito Federal e municípios, inclusive aos Tribunais de Contas e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.

“ Entre os atos potenciais, constam os ativos e os passivos contingentes. O termo contingente é utilizado para ativos e passivos que não são reconhecidos, tendo em vista que a sua existência só será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da entidade. ”

Ressalta-se que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, por meio do seu Boletim 08/20195, inovou ao exigir a partir da prestação de contas do exercício de 2019, o preenchimento anual de certidões de inventário, incluindo entre cinco áreas distintas, um inventário físico e financeiro dos valores dos atos potenciais ativos e passivos. Em tal certidão, o TCE-MG exige dos entes jurisdicionados a nomeação de uma comissão específica para tal fim, em que o profissional da contabilidade não deverá ser parte, considerando o princípio da segregação de funções.

Os autores desde artigo recomendam a utilização de sistemas informatizados que possam alimentar registros eletrônicos dos contratos na entidade pública, por meio da implantação de uma gestão de contratos e convênios para o controle de valores e vencimentos, registros de saldos e movimentação financeira. Para se chegar à informação contábil, o sistema

de gestão de contratos ou convênios, ou seja, todos os atos potenciais, sejam eles ativos ou passivos, precisam ser alimentados diariamente em sistemas de gestão, para que a informação chegue à contabilidade de forma integrada. Assim, as informações de contas contábeis, com os complementos das contas correntes, poderão gerar o relatório, devidamente integrado com as contas 710000000 e 810000000.

O plano de contas utiliza a nomenclatura de “Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres”, ou mesmo “Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres”. Assim os convênios com outras esferas de governo em que os recursos chegam para ser aplicados, são contabilizados como atos potenciais ativos, enquanto aqueles em que o ente repassa recursos a entidades do terceiro setor, são registradas como uma obrigação de repasse, logo um ato potencial passivo.

Assim também, no PCASP, as contas “Direitos contratuais, em que existem valores a receber, como é o caso das concessões públicas onerosas” e as “Obrigações Contratuais”, que referem aos compromissos assumidos de pelo Município relacionados com contratos de dívidas, parcelamentos de débitos para com o INSS, FGTS, entre outros.

Dessa forma, utilizando da base alimentada em sistema informatizado, será possível afirmar que os valores do Balanço Patrimonial refletem efetivamente os valores constantes dos contratos e convênios, sejam eles direitos ou obrigações. Em caso negativo, o profissional da contabilidade deverá utilizar-se das notas explicativas para informar as inconsistências de informações, o que pesará negativamente para o conceito perante os órgãos fiscalizadores.

Os ativos contingentes

Conforme a NBC TSP 03, item 18, o ativo contingente “é um ativo possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade”. Também, nos termos do MCASP, 8ª ed., seção 12.4, os ativos contingentes usualmente decorrem de eventos não planejados ou não esperados. Eles nem sempre estão sob o controle da entidade e que acarretam a possibilidade de um ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Os ativos contingentes trazem a incerteza quanto ao ingresso de recursos, sendo esta uma característica básica da contingência. Exemplificando, um processo judicial em que resultado a favor do órgão público é incerto, seria um ativo contingente.

Se for caracterizada a certeza, sua classificação deverá ser reconhecida como Ativo Realizável, nas contas patrimoniais e também lançado em notas explicativas. Daí a observação contínua no sentido de confirmar a certeza, caracterizando como o surgimento de uma entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços, levando-se ainda em consideração que o valor de tal ativo deva ser mensurado corretamente, juntamente com a variação patrimonial aumentativa relacionada para figurar nas demonstrações contábeis no referido período da probabilidade confirmada.

Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais (NBC TSP 03, item 39 e 41) quando resultar no reconhecimento de receitas que nunca virão a ser realizadas. Quando

uma entrada de recursos for considerada provável, eles deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em Notas Explicativas. (Seção 12.4 MCASP).

Ocorrem quando, em consequência de eventos passados, existir um ativo possível, cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não tidos como totalmente sob o controle da entidade. Veja, a seguir a síntese apresentada pelo MCASP:

Probabilidade de ingresso de recursos sob a forma de benefícios econômicos ou potencial prestação de serviços	Classificação	Forma de evidenciação
Certeza	Ativo	Balço Patrimonial e Notas Explicativas
Provável	Ativo Contingente	Notas Explicativas
Pouco provável	Ativo Contingente	Não é divulgado

Fonte: (Seção 12.4 MCASP).

É necessário haver disciplina no sentido de reavaliar continuamente os ativos contingentes para assegurar que os reflexos de sua evolução sejam adequadamente apresentados nas demonstrações contábeis e que

apresente a realidade no presente (NBC TSP 03, item 43).

Registra-se que o Plano de Contas estendido não detalhou as contas 7.1.9 e 8.1.9 relacionadas com outros ativos contingentes. Há a recomendação do MCASP, no sentido de que, para cada classe de ativo contingente, a entidade evidencie uma descrição da natureza do mesmo em notas explicativas; e quando aplicável, a estimativa de seu efeito financeiro, mensurada em conformidade com os critérios utilizados para a

mensuração das provisões.

Os registros de ativos contingentes têm a natureza de informação típica de controle e não são registrados nas contas patrimoniais. A abertura do controle deve ser registrada da seguinte forma:

Debite: 7.1.1.9.0.00.00 Outros Atos Potenciais Ativos	Credite: 8.1.1.9.0.00.00 Execução de Outros Atos Potenciais Ativos
---	--

“ É necessário haver disciplina no sentido de reavaliar continuamente os ativos contingentes para assegurar que os reflexos de sua evolução sejam adequadamente apresentados nas demonstrações contábeis ”



Assim, verifica-se que quanto à fase de execução, não foram padronizados os desdobramentos dos atos potenciais ativos em nível que permita segregar os atos executados daqueles a executar. Apesar de alguns Tribunais de Contas, padronizarem os planos de contas estendidos para os seus jurisdicionados, tal desdobramento poderá ser feito por cada ente, em nível de item e subitem (6º nível e 7º nível), mas sempre atendo aos leiautes exigidos pelos órgãos fiscalizadores, para envio das contas de forma eletrônica.

As provisões e os passivos contingentes

As contas do Passivo são reconhecidas quando existe o fato gerador devidamente reconhecido. Conforme o MCASP, seção 12.6.2, quando, em consequência de eventos passados, possa existir uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços que seja exigida para a extinção de uma obrigação presente; ou para uma obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros que sejam incertos, os quais não estejam totalmente sob o controle da entidade, é preciso identificar a sua classificação e a sua forma de contabilizar, seja no mundo patrimonial ou de controle.

Tratando-se de provisão, precisa haver uma obrigação presente, originária de

um evento passado; que haja saída de recursos para liquidar tal obrigação provável; e seja possível estimar o valor da obrigação. Segundo a NBC TSP 03, item 20, todas as provisões são contingentes porque guardam incertezas quanto ao seu prazo ou valor. Enquanto a provisão consta do Balanço patrimonial nas classes de 1 a 4, o passivo contingente figura em contas de controle mais administrativo ou financeiro das entidades públicas, merecendo sempre complementos de informações por meio das notas explicativas. Conforme a NBC TSP 03, item 18, o passivo contingente é

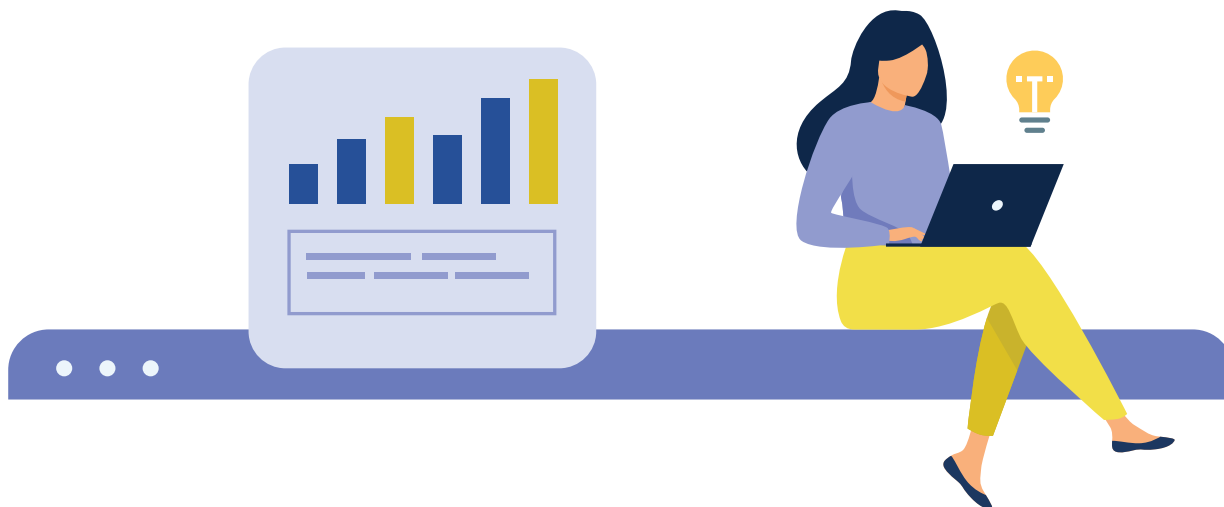
"(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não completamente sob o controle da entidade; ou (b) uma obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida porque: I - é improvável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação; ou II - o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade".

Reis6, em seu artigo "Passivo contingente: entenda o que representa essa conta patrimonial", afirma que o mesmo é bastante confundido com provisão, e que

o seu intuito visa auxiliar o empreendedor a evitar dívidas que podem ser previstas, afirmando que a sua probabilidade é, em geral, baixa e pode nem acontecer. Ciente da possibilidade de perda alguma causa judicial, ela sofrerá prejuízos, estes valores devem ser estimados como passivos contingentes.

Os passivos contingentes têm natureza de processos cíveis, trabalhistas, previdenciários, ambientais, tributários, riscos ambientais de trabalho (RAT) entre outros. Reis7 afirma que a necessidade de previsão é para evitar surpresas e gastos inesperados e assim efetuar um planejamento orçamentário dentro da realidade, no caso de se concretizar. Logo, o passivo contingente tem a existência dependente de eventos futuros incertos, que não podem ser totalmente controlados pela entidade, sendo eles possíveis, porque se forem prováveis, serão caracterizados como provisão. No caso de processos judiciais, dependem de acompanhamento do Departamento Jurídico para que com suas credenciais, tenham acessos virtuais ou físicos. Assim também, a nota explicativa precisa apontar o impacto financeiro do mesmo.

Dessa forma, enquanto as provisões são consideradas contas de passivo, em que há a necessidade de analisar a probabilidade de saída de recursos e a possibilidade de uma estimativa confiável de valor, nos passivos contingentes uma



Obrigação	Probabilidade de Saída de Recursos	Possibilidade de Estimativa Confiável do Valor	Classificação	Forma de Evidenciação
Presente	Provável	Possível	Provisão	Balanco Patrimonial e Notas Explicativas
Presente	Provável	Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Pouco provável	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Remota	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Não é divulgado
Possível	Provável	Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas

estimativa suficientemente confiável acerca do valor da obrigação não pode ser realizada (NBC TSP 03, item 21).

Assim, nos termos do MCASP, seção 12.6.2, a tabela a seguir possibilita tal identificação, porque identifica a temporalidade da obrigação, a sua probabilidade de saída de recursos da entidade, a possibilidade de haver uma estimativa confiável do valor a registrar, além da classificação e da forma de evidenciação.

Cabe ressaltar que, quando classificadas como provisão, será considerada uma obrigação presente com a probabilidade de saída dos recursos no futuro e possibilidade de estimativa de seu valor para a baixa de um passivo em que houve a incerteza do valor, mas possivelmente estimado com base nos fatos ocorridos, propriamente ditos.

Quando classificados como Passivos Contingentes, a própria tabela evidencia aqueles fenômenos que, mesmo sendo uma obrigação presente com alguma probabilidade de saída de recursos, mas com estimativa de valor possível ou não. Assim como a NBC TSP 03, item 35, o MCASP, 8ª ed., (seção 12.3) e tabela referenciada nos alerta que os passivos contingentes, não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, mas, sim,

nas contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. Nestas notas explicativas, o tipo e a descrição do passivo contingente deve ser detalhado de forma identificar a estimativa de seu efeito financeiro e a periodicidade de saída. Neste caso há a necessidade de identificar se a característica da saída de recursos é possível, provável ou remota. Sendo remota, será dispensada a sua evidenciação.

Assim, periodicamente, os passivos contingentes devem ser avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável, para assegurar que os reflexos de sua evolução sejam adequadamente

apresentados nas demonstrações contábeis e que apresente a realidade no presente (NBC TSP 03, item 38).

Tratando-se de provisão, tal registro envolve as contas de resultado, portanto de natureza patrimonial e proporciona alteração no Patrimônio Líquido, merecendo inclusive Nota Explicativa nas demonstrações contábeis.

Os registros de passivos contingentes têm a natureza de informação típica de controle, não sendo registrados nas contas patrimoniais. No caso de um processo trabalhista contra um ente público, deve-se registrá-lo da seguinte forma:

Debite: 7.1.2.9.0.00.00 Atos Potenciais Passivos

Credite: 8.1.2.9.0.00.00 Execução de Outros Atos Potenciais Passivos



Assim, verificando as contas de controle do PCASP estendido, pode-se afirmar que foram padronizados os desdobramentos dos atos potenciais ativos e passivos em nível que permita segregar os atos executados daqueles a executar. Entretanto, o mesmo não ocorreu para os ativos e os passivos contingentes. Conforme a NBC TSP 03, item 18, o contrato a executar “é aquele em que nenhuma das partes cumpriu quaisquer de suas obrigações ou ambas as partes executaram parcialmente suas obrigações na mesma proporção”. Apesar de alguns Tribunais de Contas padronizarem os planos de contas estendidos para os seus jurisdicionados, tal desdobramento poderá ser feito por cada ente, em nível de item e subitem (6º nível e 7º nível), mas sempre atendendo aos leiautes exigidos pelos órgãos fiscalizadores, para envio das contas de forma eletrônica.

A evidenciação dos atos potenciais nas contas de compensação

Entre os demonstrativos contábeis, o Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação, ou seja, pela natureza de informação de controle (MCASP, seção 4.1). Segundo o Portal de Contabilidade⁸, o sistema de compensação um controle à parte do

sistema patrimonial, abrangendo contas que servem exclusivamente para controle, sem fazer parte do patrimônio, o que é optativo na contabilidade empresarial e obrigatório na contabilidade pública, a partir da implementação do PCASP. Por ele permitido o controle de determinadas informações de terceiros e possibilita controles diversos, acompanhamentos de contratos, convênios, o que muitas vezes estavam sendo feitos apenas por meio de planilhas. Tal contabilização permite também mais facilidades para os acessos da auditoria e do controle interno.

Entretanto, antes da vigência da Lei n.º 6.404/1976, legislação que dispunha das Sociedades por Ações, o Decreto-Lei n.º 2.627/40, Art. 135, previa a obrigatoriedade do uso e da publicação das contas de compensação. Assim vejamos:

Art. 135. O balanço deverá exprimir, com clareza, a situação real da sociedade, e, atendidas as peculiaridades do gênero de indústria ou comércio explorado pela sociedade, nele se observação as seguintes regras:

O ativo será dividido em ativo imobilizado, estável ou fixo, ativo disponível, ativo realizável em curto prazo e a longo prazo, contas de resultado pendente, contas de compensação.

O passivo será dividido em passivo exigível, a longo e curto prazo, e passivo não exigível, neste compreendidos o capital e as reservas legais e estatutárias, e compreenderá também as contas de resultado pendente e as contas de compensação (revogado pela Lei n.º 6.404/76).

Assim, a conta terá além da finalidade de controle de saldos em momentos diversos e quando do encerramento dos contratos ou convênios as contas apresentarão saldos zerados, em vista de lançamentos que tenham como contrapartida a conta de abertura das mesmas, possibilitando também o estorno, por meio de lançamento inverso.

Logo, as contas de compensação devem conter registros de atos relevantes e tem caráter eminentemente de controle.

Tendo o foco em entidades do setor privado, a ITG 2000, de 12 de dezembro de 2014, do CFC, que estabelece critérios e procedimentos pelas entidades nas escriturações contábeis dos fatos patrimoniais, em seus itens 29 e 30, trata das contas de compensação como item não obrigatório com o seguinte conteúdo:

Contas de compensação constituem sistema próprio para controle e registro dos fatos relevantes que resultam em assunção de direitos e



obrigações da entidade cujos efeitos materializar-se-ão no futuro e que possam se traduzir em modificações no patrimônio da entidade.

Exceto quando de uso mandatário por ato de órgão regulador, a escrituração das contas de compensação não é obrigatória. Nos casos em que não forem utilizadas, a entidade deve assegurar-se que possui outros mecanismos que permitam acumular as informações que de outra maneira estariam controladas nas contas de compensação.

O Demonstrativo contábil, denominado Balanço Patrimonial, apresenta um “Quadro das Contas de Compensação” em que os atos potenciais ativos e passivos são apresentados por meio do grupo de contas. Tais contas de atos potenciais poderão vir a afetar o patrimônio, não de forma imediata, quando da abertura das contas, mas poderão coincidir com a referida afetação, por ocasião da realização dos fatos. Nas contas de compensação, têm movimentos que afetariam ativa ou passivamente o patrimônio público no futuro.

O sistema de compensação tem como objetivo propiciar maior controle da

atividade, o que permite o registro de possíveis futuras alterações do patrimônio e também servir como fonte de dados para a elaboração das notas explicativas (ZappaHoogi9). Assim, elas representam o processo consciente de busca da informação em que o usuário busca contrabalançar efeitos reais das origens e aplicações de atos.

ZappaHoogi, afirma ainda, que¹⁰

O sistema de compensação é um controle à parte do sistema patrimonial, ou seja: enquanto este último engloba as contas que compõem os fatos patrimoniais da entidade como um todo (ativo, passivo e patrimônio líquido), as contas de compensação abrangem os atos e contas que servem exclusivamente para controle sem fazer parte do patrimônio líquido.

As contas de compensação devem ser demonstradas com rubricas bem esclarecedoras da sua função e com base em valores pactuados nos contratos e documentação própria, interna ou externa, revestida das características legais.

Quando do término do contrato ou que originou o registro contábil

nas contas de compensação, essas serão encerradas mediante lançamento oposto entre as contas que registram a operação, devendo o histórico fazer menção ao término do contrato ou do ato que os originou.

A política contábil brasileira, Lei 6.404/76 e o CC/02, não tipifica as contas de compensação, logo, tem-se uma lacuna da política contábil brasileira quando trata das demonstrações financeiras e notas explicativas, porém, não se tem tal lacuna na ciência da contabilidade.

A STN por meio da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) n.º 04, apresenta a equação para a definição do Quadro das contas de compensação que deve ser formatado em forma de anexo do Balanço Patrimonial. Tal demonstrativo apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Ressalta-se que, a partir do momento em que os valores dos atos potenciais vão sendo executados, eles vão sendo encerrados nas respectivas contas contábeis e não mais devem ser considerados. Assim, para os atos potenciais, bastaria a seleção das contas dos grupos 7.1 e 8.1 para identificá-las, podendo ainda selecionar todos eles ou apenas os ativos ou apenas os passivos.

Da mesma forma, o MCASP seção 4.4.3, apresenta a estrutura do Balanço Patrimonial é composta de anexos, sendo que um deles é o demonstrativo denominado de “Quadro das contas de compensação” em que são apresentadas as contas e suas nomenclaturas, além dos saldos dos exercícios anterior e atual. Veja demonstrativo a seguir: Considerando o anexo específico de

“ É necessário haver disciplina no sentido de reavaliar continuamente os ativos contingentes para assegurar que os reflexos de sua evolução sejam adequadamente apresentados nas demonstrações contábeis ”

Quadro das contas de Compensação (Lei n.º 4.320/64)		
Exercício: 20X1		
7.0.0.0.00.00 Controles Devedores 7.1.0.0.00.00 Atos Potenciais 7.1.1.0.00.00 Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual (20X1)	Exercício Anterior (20X0)
7.1.1.1.0.00.00 Garantias e contragarantias recebidas		
7.1.1.2.0.00.00 Direitos conveniados e outros instrumentos congêneres		
7.1.1.3.0.00.00 Direitos contratuais		
7.1.1.9.0.00.00 Outros atos potenciais ativos		
Total dos Atos Potenciais Ativos		
7.1.2.0.00.00 Atos Potenciais Passivos		
7.1.2.1.0.00.00 Garantias e contragarantias concedidas		
7.1.2.2.0.00.00 Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres		
7.1.2.3.0.00.00 Obrigações contratuais		
7.1.2.9.0.00.00 Outros atos potenciais passivos		
Total dos Atos Potenciais Passivos		
8.0.0.0.00.00 Controles Credores 8.1.0.0.00.00 Execução dos Atos Potenciais 8.1.1.0.00.00 Execução dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual (20X1)	Exercício Anterior (20X0)
8.1.1.1.0.00.00 Execução de Garantias e contragarantias recebidas		
8.1.1.2.0.00.00 Execução de Direitos conveniadas e outros instrumentos congêneres		
8.1.1.3.0.00.00 Execução de Direitos contratuais		
8.1.1.9.0.00.00 Execução de Outros atos potenciais Ativos		
Total de Execução dos Atos Potenciais Ativos		
8.1.2.0.00.00 Execução dos Atos Potenciais Passivos		
8.1.2.1.0.00.00 Execução de Garantias e contragarantias concedidas		
8.1.2.2.0.00.00 Execução de Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		
8.1.2.3.0.00.00 Execução de obrigações contratuais		
8.1.2.9.0.00.00 Execução de Outros atos potenciais passivos		
Total de Execução dos Atos Potenciais Passivos		

Fonte: MCASP, 8ª ed. seção 44.3, adaptado pelos autores.

Atos Potenciais, no Balanço Patrimonial, Andrade, 2017, p. 411, propôs outro demonstrativo que cuidasse de toda a movimentação de cada conta das classes 7 e 8 do Plano de Contas, para demonstrar os saldos anteriores e seguintes, especificando os movimentos realizados, tanto de inscrição como de baixa, assim como os de cancelamento e ou de restabelecimento. Segundo o

referido autor, por tal demonstrativo é possível verificar o registro de saldos e movimentos de todas as contas relacionadas aos controles devedores e credores, das classes 7 e 8 do Plano de Contas.

Segundo o autor, todos os fenômenos relacionados com os registros e controles de convênios, contratos e acordos,

desde o momento em que é assinado até o momento de sua efetiva prestação de contas, estão evidenciados no demonstrativo, o qual seria semelhante ao balancete mensal em que as contas são apresentadas na forma analítica.

A proposta do autor contempla o demonstrativo analítico de ocorrências, conforme quadro demonstrado a seguir:

Nome da entidade
Demonstração de controles devedores e credores

Exercício: _____ Período: Mês _____

Pág. _____

Conta	Descrição	Saldo Mês Anterior	Movimento até o Mês		Cancelamento/ restabelecimento até o Mês		Saldo Atual	D/C
			Débito	Crédito	Débito	Crédito		
SALDO ATUAL (7-8)								

Fonte: *Demonstrativo criado Andrade, 2017.*

Cabe ressaltar que todas as demonstrações contábeis devem ser assinadas por profissionais da contabilidade e pelo responsável do órgão ou entidade pertencente ao ente público.

CONCLUSÕES

Inicialmente, concluímos que há muito que se explorar de conhecimentos sobre os atos potenciais. Há carência de softwares de gestão que integrem o controle de cadastros, saldos e movimentos de contratos, convênios, contratos de garantia, de seguros. Além disso, não há integração com o sistema de informação da contabilidade, de forma a apresentar de forma instantânea os dados para a evidência dos potenciais recursos a serem contingenciados tanto no ativo quanto no passivo, sejam eles em contas patrimoniais, sejam em contas de controles. Também há necessidade de convencionar os eventos contábeis de forma padronizada para que as informações contábeis apresentem uniformidades entre os entes, seus órgãos e unidades gestoras.

Todavia, apenas contabilizar os registros de atos potenciais é insuficiente no contexto geral de consequência desta atividade, e surgem muitas limitações, como, por exemplo, a integração da conta contábil com a conta corrente, ou seja, os dados complementares necessários ao cruzamento de dados para efeito de alimentação de uma matriz de saldos contábeis, nos moldes já adotados para o controle orçamentário e patrimonial. Ao mesmo tempo, o tratamento dos atos potenciais, o uso de técnicas diferenciadas e a inserção de crítica que ainda poder ser feita

para a aplicação, sendo muito limitado o trabalho ao contexto atual em sua aplicação normativa.

As mesmas limitações favorecem a estudos possíveis até de aplicação das técnicas contábeis, se são utilizadas ou não; a possibilidade de integração e interação com as demais áreas de controle, até mesmo as posições de crítica do texto da norma, cuja literatura é ainda muito escassa, portanto, novos estudos poderiam ser realizados contundentemente, sendo este artigo o primeiro passo.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino (2017). Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

Brasil (2019). Manual de Contabilidade aplicada ao setor público – MCASP, conforme Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento e Finanças. 8.ed.

(2017). Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao setor público. Brasília: CFC.

(2010). Normas Internacionais de Contabilidade para o setor público. Brasília: CFC.

_____. (2016), NBC TSP 03 Aprova a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. (DOU 28/10/2016) Disponível em <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/em> 13/11/2020.

CRESWELL, J. W (2007). Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed.

FERREIRA, Rogério Fernandez (1981). Reflexões sobre princípios contabilísticos e ajustamentos monetários em períodos de inflação. Lisboa: APOTEC.

_____. (1983) Normalização Contabilística (Dissertação de Doutorado). Coimbra: Livraria Arnaldo.

LEITE, Francisco Tarciso (2008). Metodologia Científica. Aparecida: Idéias & Letras.

MARTINS, Eliseu; LOPES, Alexsandro Broedel (2007). Teoria da Contabilidade – Uma Nova Abordagem. 2. ed., São Paulo: Atlas.



Portal de contabilidade (2020). Acesso 12/11/2020 pelo <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadepublica2.htm>

REIS, Tiago, artigo publicado em <https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/passivo-contingente/> acesso em 18/10/2020.

RUIZ, Rafael Franco (2016). Reflexiones Contables. 4ª ed. Bogotá: Universidad Libre.

_____. (s/d). Requiem por la confianza (Escándalos Empresariales, Negocios y Contaduría). Pereira: Investigador Editores.

SÁ, Antonio Lopes de (1994). Ajustes e Valorimetria Contábil. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC, Ano XXIII, n.º 86, Março.

_____. (2015). Portaria n.º 548. disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/653221/Item+1+-+Portaria+548-2015+-+PIPCP.pdf/094a16c7-930a-47af-87d9-22ce78053514> de 24 de setembro.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva (2008). Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Ed. Atlas.

VERGARA, Sylvia Constant (2000). Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas.

ZappaHoog, Wilson Alberto. <http://zappahoog.com.br/site/index.php/contabilidade-e-os-seus-sistemas-de-registros-dos-atos-e-fatos-patrimoniais/>, Publicado em 1/02/2014, acesso em 13/11/2020.



Nilton de Aquino Andrade:
Contador, Professor, mestre em Contabilidade



Patrícia Regina Teles:
Contadora, Professora, mestre em administração financeira



A precificação de honorários contábeis em Mato Grosso do Sul: A visão dos profissionais da contabilidade sobre a tabela de honorários

RESUMO

A contabilidade é utilizada desde o primórdio da humanidade e evoluiu a cadência do tempo. Este estudo, além de trazer um breve relato dessa evolução, traz como tema a precificação e ousa indagar sobre a criação de uma tabela de honorários contábeis. Para tal, tem como objetivo desenvolver uma pesquisa com os profissionais da contabilidade no Estado de Mato Grosso do Sul (MS) para saber qual a visão deles sobre o tema

Honorário Contábeis e a possível criação de uma tabela de honorários. Para tal, foi utilizada pesquisas de coleta de dados, documental, bibliográfica, exploratória e descritiva. Os dados foram coletados por meio das ferramentas de pesquisa por meio de questionários eletrônicos do Google Drive e enviados a profissionais da contabilidade em MS. Pode-se verificar, após a análise da pesquisa, que os contadores já utilizavam meio eletrônico com seus clientes, mas que agora, com a pandemia devido à Covid-19, essa foi

a melhor maneira de manter os clientes, dando todo respaldo necessário a eles. Verificamos também que 80% dos contadores pesquisados são favoráveis à criação da tabela de honoráveis, mas, ao mesmo tempo, falam da dificuldade de implantação dessa tabela. Para tal, serão necessários mais estudos sobre o assunto.

Palavras-Chave

Contabilidade; Honorários Contábeis; Precificação

INTRODUÇÃO

Quando ouvimos a palavra Contabilidade, a primeira imagem que vem a nossa cabeça é de números e, talvez um 'x' ou 'y'. Mas a Contabilidade é muito mais do que simplesmente uma incógnita; ela é um conglomerado de fórmulas simples e complexas, cálculos e planilhas.

Atualmente temos ao nosso dispor a tecnologia com seus programas e aplicativos para nos auxiliar em praticamente todas as etapas de uma tarefa contábil. Mas, como era na antiguidade? Como surgiu toda essa gama matemática de organização? Quem foram os pioneiros desse facundo universo?

Tendo como tema Honorário Contábeis em Mato Grosso do Sul: uma pesquisa de campo, documental, bibliográfica, exploratória e descritiva, este artigo trará, também, um breve relato sobre história da Contabilidade e sua evolução.

Desde o início dos estudos em contabilidade, algo nos chamou muito a atenção quanto ao fato da não existência de uma tabela de Honorários Contábeis em Mato Grosso do Sul (MS). Agora, na abrangência dos estudos em contabilidade e experiência na área, veio à tona o interesse maior em saber por que nosso estado não tem tabela de cobrança de honorários contábeis.

Todos esses questionamentos serão discutidos durante o estudo e procuraremos trazer, se não respostas, pelo menos esclarecimentos fundamentados na pesquisa de campo realizada e de acordo com a literatura.

Tendo como objetivo geral desenvolver uma pesquisa com os contadores para

entender qual a visão sobre o tema Honorário Contábeis, o foco maior será a busca do entendimento de por que o estado de MS não tem tabela de cobrança de honorários contábeis e qual a possibilidade de elaboração de uma tabela para o estado de MS.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão bibliográfica procurou contextualizar o tema e analisar a sua problemática. Traz, também, um breve relato histórico, além de trazer os conceitos relacionados aos tipos de pesquisa que serão utilizados no decorrer deste estudo, sendo que estes serão citados no item 3 desta pesquisa.

2.1. História e Evolução da Contabilidade

A Contabilidade é algo que existe desde os primórdios do ser humano. O homem, mesmo sem saber sempre teve a necessidade de organização matemática para sobrevivência e isso de forma rudimentar era Contabilidade. De acordo Schmidt (2000), os povos primitivos usavam objetos da época para contabilizar suas coisas e animais. Eles usavam métodos bem interessantes para contabilizar tudo o que tinham; usavam ossos e pedras para riscar paredes, marcando assim seus bens.

E assim como o homem evoluiu a Contabilidade também foi sofrendo alterações ao longo do tempo. Para Sá (2010), a evolução era natural, tanto que o sentido de 'é meu' e 'é seu', registrava movimento de relações com outras pessoas, gerando dessa forma a ideia de débito e crédito.

Mas essa evolução foi muito além de um "mero" registro. Em pleno século XXI, está tão mutável que o novo profissional precisa estar conectado para não ficar

“ Mas essa evolução foi muito além de um “mero” registro. Em pleno século XXI, está tão mutável que o novo profissional precisa estar conectado para não ficar obsoleto. ”

obsoleto. Com a tecnologia, muito da Contabilidade foi automatizado, não substituindo, é claro o contador, mas, sim, vindo como um facilitador.

Andrade (2017) nos diz que, dentro do universo das inovações tecnológicas, é importante se adaptar as demandas da profissão, já que as necessidades exigidas pelo mundo moderno fazem parte de uma evolução inquestionável. Mas, além dos sistemas de informações, com a era digital, o contador [...] necessita ter mais transparência nas informações e se ater à veracidade dos fatos (MARION, 2012).

Hoje em dia, com essas inovações tecnológicas, é possível ter controle, organização de receitas e despesas, programar contas a pagar e receber, emitir nota fiscal de serviços e boletos. [...], na qual se descartam as despesas com espaço físico para arquivar documentos, modernizam-se processos e estabelece-se uma nova dinâmica de trabalho (MARION, 2012).

2.2. O que é a Contabilidade

Segundo Iudícibus (2010), a Contabilidade não é nem deve ser entendida como um fim em si mesmo. Isso quer dizer que as informações por ela fornecidas só terão utilidade desde que satisfaçam às necessidades da administração ou de outros interessados, e não apenas as do contador.

Na visão Iudícibus (2010, p. 9), “A Contabilidade é um modelo, e modelos são, por definição, simplificações da realidade. Essa é, em essência, a maior limitação da contabilidade”.

Segundo Silva (2002, p.23), “Uma empresa sem contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento”.

2.3. O Código de Ética Contábil

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, o primeiro código de ética dos profissionais da contabilidade, no Brasil, foi aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade durante o V Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado de 8 a 15 de julho de 1950, em Belo Horizonte (MG).

Ainda de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade

“Esse pioneiro conjunto de normas – destinado a “fixar a forma por que se devem conduzir os contabilistas no exercício profissional, perante seus colegas, sua classe e a sociedade” –, era uma aspiração da classe e foi uma conquista considerada de grande importância. Registros históricos relatam que, desde o III Congresso de Contabilidade, realizado de 21 a 26 de maio de 1934, em São Paulo, já havia discussões para se criar um código de ética para a categoria,



“De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, o primeiro código de ética dos profissionais da contabilidade, no Brasil, foi aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade durante o V Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado de 8 a 15 de julho de 1950, em Belo Horizonte”

o que ocorreu quase 20 anos depois. Criado em 1950, o Código de Ética ganhou o reforço, em sua aplicação, em 1970, quando, em reunião plenária realizada no dia 26 de junho, os conselheiros do CFC aprovaram a constituição do Tribunal Superior de Ética Profissional, com a função de garantir o cumprimento das normas estabelecidas no documento.” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019).

Para que haja credibilidade perante os clientes e a sociedade em geral, é necessário estar de acordo com o Código de Ética do Profissional em Contabilidade, que dê acordo com Código de Ética Profissional do Contador em seu Art. 1º tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os profissionais da contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à classe (Redação dada ao artigo pela Resolução CFC n.º 1.307, de 9.12.2010, DOU 14.12.2010, rep. DOU 10.01.2011).

2.4. Honorários Contábeis e Precificação

Atualmente, a tecnologia na contabilidade vem possibilitando o aumento da inteligência artificial, trazendo benefícios, como redução de custos, melhoria na eficiência, automatização de processos e otimização de preço, pois existe uma integração simultânea entre cliente e contador.

O valor cobrado em honorários no Brasil tem se apresentado de forma muito distinta, não exibindo de fato uma cobrança sob os parâmetros de tabelas sindicais que regem o valor dos honorários. Com isso a apresentação de honorários tem representado um problema para os donos de escritórios de contabilidade. Nesse sentido, para a formação dos preços o código de ética do profissional da contabilidade apresenta como deve ser fixado o valor serviço contábil.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Contador

“a relevância, o vulto, a complexidade, os custos e a dificuldade do serviço a executar; o tempo que será

“O valor cobrado em honorários no Brasil tem se apresentado de forma muito distinta, não exibindo de fato uma cobrança sob os parâmetros de tabelas sindicais que regem o valor dos honorários.”

consumido para a realização do trabalho; a possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços; o resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o

serviço prestado; a peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente; e o local em que o serviço será prestado.” (CÓDIGO DE ÉTICA DO CONTADOR, 2019, p. 3).

Quanto à precificação, podemos dizer que existem várias técnicas ou estratégias para precificar um produto ou serviço, como, por exemplo, a margem de contribuição, markup e a quem utilize a pesquisa de preço dos concorrentes. Cada empresário analisa o melhor método para manter-se na concorrência e em laboração, pois não há como manter uma empresa aberta sem ela ter retorno financeiro.

De acordo com Nagle (2007 apud SILVA, 2012), a chave para a precificação lucrativa é reconhecer que os consumidores no mercado, não os custos, determinam o valor de venda de um produto.

Os princípios da Precificação, de acordo com Silva (2013) são:

1. Faça pesquisas para conhecer as necessidades do mercado;
2. Saiba quais



são os pontos fortes e fracos do produto ou serviço e os explore; 3. Relacione todos os gastos e os segregue por grupos - diretos, indiretos e de comercialização; 4. Encontre o critério mais adequado para o rateio dos gastos indiretos; 5. Apure os custos diretos por produto ou serviço, inclusive o valor da mão de obra direta; 6. Conheça a concorrência; 7. Trabalhe com o lucro líquido justo; 8. Administre os gastos; 9. Acompanhe atentamente os movimentos do mercado; 10. Aprofunde os conhecimentos de precificação; 11. Retire o produto ou serviço do mercado no momento certo e inove. (SILVA, 2013).

Precificar não é uma tarefa das mais fáceis em qualquer área, principalmente quando não se tem uma tabela como parâmetro, e exige muito conhecimento e paciência para tal. Afinal, é necessário conhecer o mercado e suas variações e também quem é seu cliente.

Várias categorias têm uma tabela de precificação, como, por exemplo: Arquitetura e Urbanismo, Nutrição, Agronomia, Ordem dos Advogados, entre outras.

Dessa forma, pode-se dizer que facilita

um pouco mais estabelecer um preço justo para o cliente, afinal as tabelas são de domínio público.

Para Nagle e Holden (2003), é estratégico fixar preços de acordo com as condições de mercado e/ou gerenciá-las, exercendo dessa forma preços mais lucrativos e rentáveis tanto para os clientes como para a empresa, sem a obrigatoriedade de aumentar o volume de vendas (faturamento) da empresa.

De acordo com Martins (2003), com a maior concorrência no mercado, nessa última década, a Contabilidade de Custos passou de mera auxiliar na avaliação de estoques e lucros globais para uma importante arma de controle e decisão gerencial, sendo que não é trabalho simples estabelecer preços alguns modelos de decisão de preço, sendo que iremos comentar brevemente sobre o mark-up.

De acordo com Mazeto (2018), markup ou mark-up é um índice usado para a formação do preço de venda, sempre aplicado sobre o custo dos produtos. Identifica-se o custo da unidade e soma-se uma margem de lucro. É preciso incluir as despesas, os impostos e todos os demais encargos que incidem na venda.

De acordo com a Fundação Instituto de Administração, a fórmula do mark-up é: $\text{Markup} = 100/100 - (\text{DF} + \text{DV} + \text{ML})$. Sendo: (DF) Despesas Fixas, (DV) Despesas Variáveis e (ML) Margem de Lucro, ou Lucro Presumido.

Entender o Mark-up, segundo Mazeto (2018), é uma forma de conseguir precificar suas mercadorias garantindo um bom retorno financeiro com as vendas e ainda aplicando um preço justo para seus clientes, melhorando a competitividade.

3. CONTEÚDOS, MÉTODOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para alcançar os objetivos propostos nesse estudo, será necessária a utilização de vários métodos de pesquisa. Usaremos para tal os seguintes: pesquisa de campo, documental, bibliográfica, exploratória e descritiva, que, de acordo com os autores abaixo e respectivamente, são:

A pesquisa de campo para Lakatos (2010) consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados, a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-



los. Esse tipo de pesquisa procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis (GIL, 2010, p. 57).

A pesquisa documental, segundo Lakatos e Marconi (2010), é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas.

O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007, p. 28).

A pesquisa bibliográfica para Gil (2010, p. 29-31) é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade



de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.

Junior (2009, p.49) adiciona ainda que é o tipo de pesquisa na qual o pesquisador busca em fontes impressas ou eletrônicas (CD e ou internet), ou na literatura cinza, as informações que necessita para desenvolver uma determinada teoria.

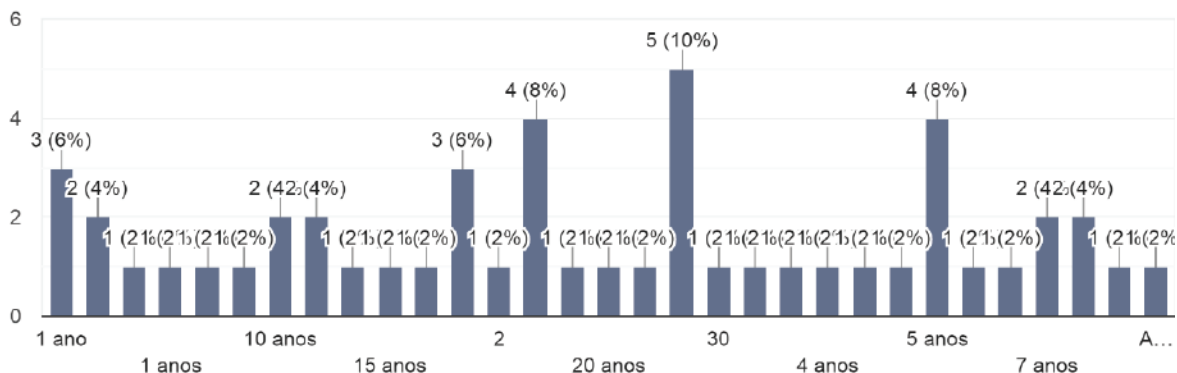
A pesquisa exploratória para Gil (2010) tem por objetivo aprimorar hipóteses, validar instrumentos e proporcionar familiaridade com o campo de estudo. Constitui a primeira etapa de um estudo mais amplo, e é muito utilizada em pesquisas cujo tema foi pouco explorado [...].

Lakatos e Marconi (1999) [...] citam três finalidades da mesma: desenvolver

Gráfico 1

1) Há quanto tempo é empresário contábil?

50 respostas



hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

A pesquisa descritiva, de acordo com Gil (2010), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência.

Vergara (2000, p.47) nos diz que a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou fenômeno, conecta variáveis e define sua natureza: "Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação."

4. RESULTADO E ANÁLISE DO RESULTADO DA PESQUISA

Nesta seção iremos analisar o resultado da pesquisa de campo, que foi realizada com contadores. A pesquisa foi enviada através de um link criado via ferramenta chamada formulários Google, do Google Drive. Após alcançarmos um mínimo de 50 (cinquenta)

respostas, que acreditamos ser o suficiente para um bom embasamento da pesquisa, o link foi encerrado e agora, traremos abaixo análise das questões.

4.1. Questionário Destinado aos Contadores

4.1.1 Há quanto tempo é empresário contábil? Como podemos observar no Gráfico 1, a média aproximada de tempo de serviço contábil prestado pelos contadores participantes da pesquisa é de oito (8) anos.

4.1.2 Você acredita ser importante a criação de um piso para a tabela de

Gráfico 2

2) Você acredita ser importante a criação de um piso para a tabela de honorários contábeis?
50 respostas

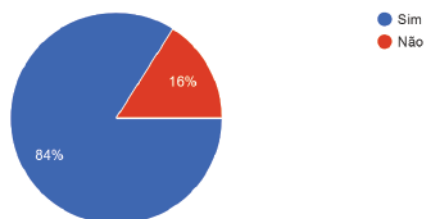


Gráfico 3

3) Qual critério dos seus honorários contábeis?
50 respostas

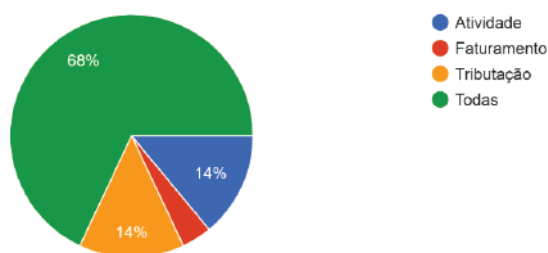


Gráfico 4

4) Vocês cobram serviços adicionais?
50 respostas

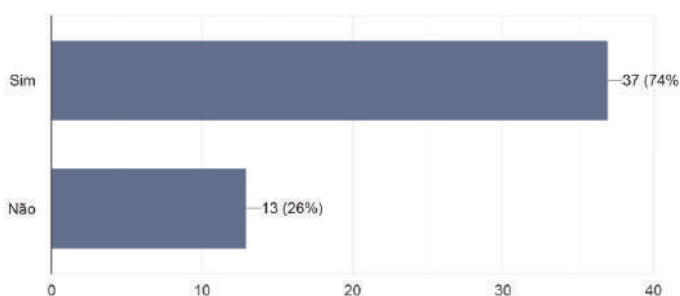


Gráfico 5

5) Quais as estratégias vocês estão utilizando para fidelizar seus clientes?
50 respostas

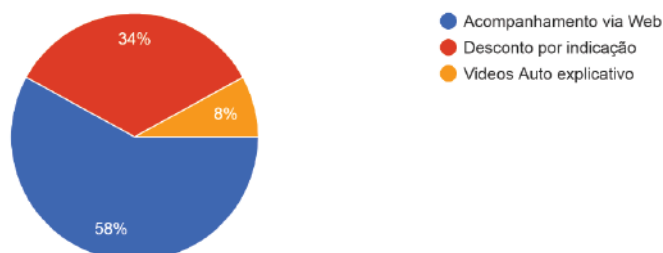
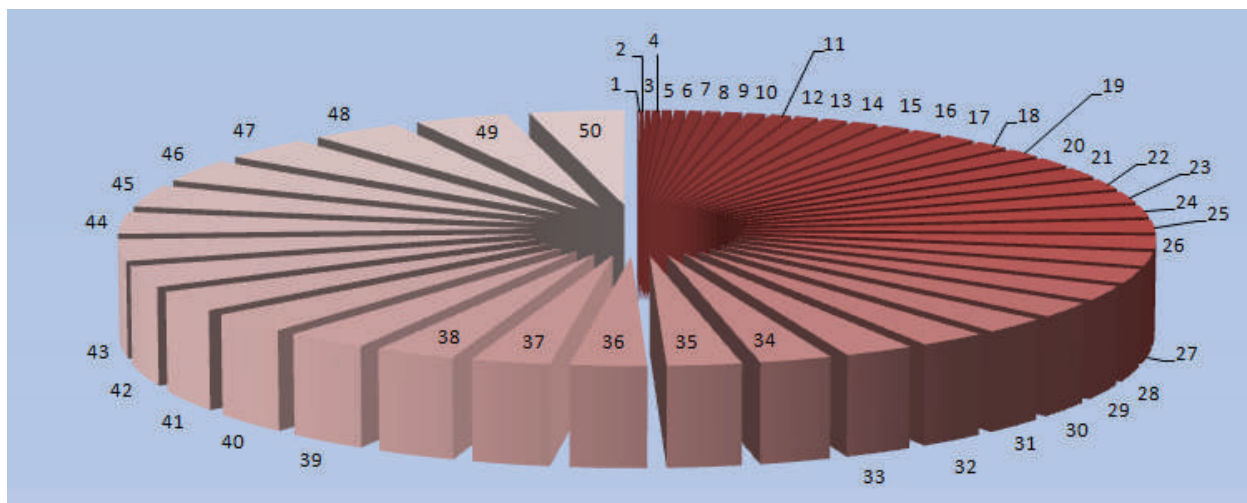


Gráfico 6



honorários contábeis?

Dos 50 (cinquenta) pesquisados, 42 (quarenta e dois), ou seja, 84% acreditam ser importante a criação de uma tabela de honorários. A partir dessa informação, podemos sugerir um estudo para que ela seja elaborada em nosso estado.

4.1.3 Qual critério dos seus honorários contábeis?

No Gráfico 3, podemos ver claramente que os profissionais utilizam variadas maneiras para criar honorários contábeis. Como podemos analisar no gráfico acima, há variações entre atividade, faturamento e tributação. Isso pode ocorrer devido ao tipo de serviço prestado do contador com a empresa.

4.1.4 Vocês cobram serviços adicionais?

Quando se contrata um serviço, e pode ser qualquer área profissional, pode ser que aconteça de surgir imprevisto ou um retrabalho. E é aqui que entram os serviços adicionais. E isso pode ser visto claramente no Gráfico 3. Mas e quanto aos profissionais que dizem não cobrar por esses serviços? Isso acontece pelo

fato de que em seus preços já estavam acoplados esses adicionais.

4.1.5 Quais as estratégias vocês estão utilizando para fidelizar seus clientes?

Quanto ao questionamento do Gráfico 5, percebe-se que, pelo fato de estarmos em meio a uma pandemia da Covid-19, o acompanhamento via web foi a solução encontrada para tal. Porém, esse método sempre foi um dos mais utilizados. Como pesquisadora, ficamos surpreendidas com a pouca utilização de vídeos explicativos.

Os descontos por indicação sempre foram utilizados, porém, nesse momento serve como atrativo e também fidelização do cliente.

4.1.6 Se você respondeu sim na questão 2, qual é a sua opinião sobre a tabela de honorários contábeis?

De acordo com as respostas dadas, existe uma concordância em ter uma base para referenciar a precificação de honorários contábeis, vindo dessa maneira a valorização dos serviços prestados e dos profissionais, tendendo concorrência mais justa.

Veja, abaixo, algumas respostas que fidelizam o estudo (citações fiéis ao questionário):

“Para organização da nossa classe e para não haver uma “prostituição” pelos serviços, pois diversos colegas têm um custo muito baixo para manter uma empresa e cobram um valor baixo de honorário, mas diversos outros escritórios com o custo mais elevado não consegue competir com esses valores e perdem clientes.” (pesquisado 2)

“É necessária uma tabela de referência, ao menos, estadual. Entretanto, não vejo viabilidade de ser obrigatória, apenas referencial.” (pesquisado 17)

4.1.7 Gráfico 6: Em meio à crise que estamos vivendo no ano de 2020, como vocês estão reavaliando as formas de fidelização e cobrança com seus clientes?

Respostas

1. Levando em conta as necessidades deles.
2. Estamos tendo maior flexibilidade na

negociação de honorários e oferecendo formas alternativas de pagamento

3. Redução de custos com controle e auditoria interna

4. Negociação.

5. Atendimento online e Teletrabalho.

6. Em forma de parcerias.

7. Flexibilização na forma de pagamento, dividindo por quinzena e até aumentando o prazo de acordo com cada caso.

8. No meu caso, não houve mudança de estratégia.

9. Não cobrando juros por atraso, negociando reduções temporárias dos honorários e reduzindo meus custos

10. Ainda estou aguardando as consequências.

11. Parcelando os honorários a receber pra quando o cliente puder pagar.

12. Acompanhando no que for preciso, já temos vários q pedirão a redução dos honorários, outros que não conseguirão pagar, vamos continuar fazendo o serviço porque sa-bemos que quando isso passar os clientes estarão conosco.

13. Muitos clientes inadimplentes.

14. Estou com política de descontos para adimplentes.

15. Negociamos com cada cliente.

16. Mostrando a importância de ter contador para ajudar a passar a crise.

17. Utilizando-se de bom senso para entender a situação do cliente e fornecer todos os meios necessários

para sobrevivência das empresas, com prorrogação de vencimentos e orientação sobre tributos e folha de pagamento.

18. Dando suportes... Facilitando a forma de pagamento...

19. Fazemos sempre descontos e até mesmo dividimos.

20. Adotando medidas de acompanhamento remoto.

21. Negociando com quem tem mais dificuldade em honrar os honorários para ficar bom para ambos os lados.

22. Tentando acalmar o empresário, dizendo que tudo passa, é temporário, usando comunicação positiva quando falamos das medidas do governo, as quais amenizarão a falta de faturamento.

23. Estou concedendo desconto de 20% para clientes que pagam em dia e 10% para clientes com até 5 dias de atraso.

24. Cada caso é analisado, flexibilização de datas para pagamento, descontos conforme situação.

25. Dependendo da atividade da empresa, postergamos o honorário para o segundo semestre.

26. Dando suporte para os clientes.

27. Renegociando e nos mantendo ainda mais presentes no auxílio à gestão.

28. Não existe a possibilidade de fidelização, o empresário quer o seu serviço ou não quer, existe sim a quebradeira de escritórios custos altos de prestação de serviço, falta de colaboradores qualificados, excesso de obrigações acessórias, dificuldade em atender aos sistemas RFB, excesso de sistemas, hoje o contador é tão atolado em serviços que não tem tempo de reclamar das suas dificuldades, é muita responsabilidade. Não há um mês do ano que o contador possa parar para descansar sem ter a preocupação das entregas de obrigações acessórias e suas multas por não entrega.

29. Atuando como consultor para fidelizar o cliente.

30. Ser resiliente.

31. Investindo em qualificação profissional.

32. Faço o possível para mudar meus clientes... Procuo mostrar minha



preocupação com o andamento dos negócios deles. Busco ter empatia e me colocar no lugar de cada um.

33. A negociação e flexibilização ao cliente é a alma do negócio.

34. Dando desconto. Até o momento melhorar.

35. Estudando e negociando caso a caso.

36. Desconto por pagamento antecipado.

37. Fase de negociação, bom para ambos os lados.

38. Melhorar o atendimento sempre.

39. Estamos dando desconto de acordo com a situação financeira de cada cliente.

40. Muito difícil, falta união da classe e principalmente a ética.

41. Descontos para clientes que estão fechados.

42. Muita paciência e desconto para alguns se não os picaretas roubam seus clientes.

43. Desconto de 50% agora e o restante em 10 X quando voltar.

44. Desconto de 50% agora e o restante em 10 X quando volta.

45. Faço o possível para mudar meus clientes... Procuo mostrar minha preocupação com o andamento dos negócios deles... Busco ter empatia e me colocar no lugar de cada um.

46. Oferecendo descontos e acompanhando a empresa de perto.

47. Sempre entra em contato com

cliente, para saber como está a empresa, e apoiar.

48. Ainda não fui afetado.

49. Sempre estar perto do cliente e oferecendo alternativas.

50. Oferecendo suporte ao cliente e avaliando desconto.

Ao analisarmos todas as respostas dadas, verificamos que os contadores estão flexibilizando as negociações de honorários contábeis, atendendo de forma on-line e mostrando a importância do contador e sua empatia. Veja, abaixo, algumas respostas que fidelizam o estudo (citações fiéis ao questionário):

"Negociando com quem tem mais dificuldade em honrar os honorários para ficar bom para ambos os lados". (pesquisado 21)

"Utilizando-se de bom senso para atender à situação do cliente e fornecedor todos os meios necessários para sobrevivência das empresas, com prorrogação de vencimentos e orientação sobre tributos e folha de pagamento." (pesquisado 17)

"Não existe a possibilidade de fidelização, o empresário quer o seu serviço ou não quer, existe sim a quebradeira de escritório custos altos de prestação de serviço, falta de colaboradores qualificados, excesso de obrigações acessórias, dificuldade em atender os sistemas RFB, excesso de sistemas, hoje contador é tão atolado em serviços que não tem tempo de reclamar das suas dificuldades, é muita responsabilidade. Não há um mês do ano que o contador possa parar para descansar sem ter preocupação das entregas de obrigações acessórias e suas multas por não

entrega."(pesquisado 28)

"Mostrando a importância de ter contador para ajudar a passar a crise" (pesquisado 16)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas vezes, para gerar uma clientela, o profissional em início de carreira acaba aderindo a preços mais baixos. Essa cobrança gera de fato uma controvérsia nos preços, deixando o cliente e o profissional em uma situação algumas vezes crítica. Para tal, nossa pesquisa teve como objetivo principal a obtenção de opinião de contadores do MS sobre a criação de uma tabela de honorários contábeis e obtivemos um resultado bem interessante.

De acordo com as respostas obtidas na pesquisa e análise delas, percebemos que os profissionais da contabilidade – 80% deles – defendem de fato a criação de uma tabela de honorários contábeis. O estudo nos traz profissionais com pelo menos de oito (8) anos de experiência na área contábil, dando-nos, assim, credibilidade para afirmar que ter uma tabela como piso ou referência, ainda de acordo com nossa pesquisa, seria de fato interessante para a classe contábil.

Para que não haja cobrança irrisória pelo trabalho executado, defendemos aqui a criação de uma tabela de honorários contábeis. Sendo que nosso objetivo de pesquisa foi aqui atingido, sugerimos então, para novos pesquisadores ou para nós mesmos, em posteriores pesquisas, um estudo mais abrangente sobre tal finalidade – a criação de uma tabela de honorários contábeis, afinal não se pode criar algo tão importante sem um mínimo de estudo sobre os preços executados no MS.

REFERÊNCIAS

- ADM, Fundação Instituto de. Markup: o que é, como funciona, como calcular e exemplos. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/markup/>>. acesso em: 10 Jul 2020
- ANDRADE, Alexandre. A contabilidade em evolução. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/3983/a-contabilidade-em-evolucao/>. Acesso em: 30 Jul 2020
- CRC.ResoluçõeseEmentasdoCFC.Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG01&arquivo=NBCPG01.doc>. Acesso em: 17 Mar 2020
- CFC. Código de Ética Profissional do Contador é Atualizado: Saiba O Que Mudou. Disponível em: ><https://cfc.org.br/noticias/codigo-de-etica-profissional-do-contador-e-atualizado-saiba-o-que-mudou/>>. Acesso em: 17 Mar 2020
- FIGUEIREDO, N.M.A. Método e metodologia na pesquisa científica. 2ª ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas 2010.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de (Coord.). Contabilidade introdutória. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010
- JUNIOR, Joaquim Martins . Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 3. ed. Petropolis (RJ): Vozes, 2009
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1999
- MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. São Paulo: ATLAS, 2012.
- MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MORAES, Izaque de. O que é Markup? Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/noticias/30248/o-que-e-markup/>>. Acesso em: 10 Jul 2020
- MAZETO, Thiago. Markup: entenda e calcule corretamente. Disponível em: < <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/markup-entenda-e-calcule-corretamente/>>. Acesso em: 10 Jul 2020
- NAGLE, Thomas T; HOLDEN, Reed K. Estratégias e táticas de preços/ um guia para decisões lucrativas. 3. ed. São Paulo: 2003.
- RODRIGUES, Lochaine Evelin; MARCHIORETTO, Iara Sônia. Precificação de Honorários Contábeis. Disponível em: <<https://crcms.org.br/editorial-precificacao-de-honorarios-contabeis/>>. Acesso em: 30 Jan 2020.
- SÁ, Antônio Lopes de. Teoria da contabilidade. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010
- SCHMIDT, Paulo. História do pensamento contábil. Porto Alegre: Bookman, 2000
- SILVA, Daniel Salgueiro. Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas. 5.ed. Brasília: CFC: Sebrae, 2002
- SILVA, Gilmar Duarte. A Chave da Precificação. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/a-chave-da-precificacao.htm>>. Acesso em: 02 Mai 02 2020
- SILVA, Gilmar Duarte. Princípios da Precificação. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/principios-da-precificacao.htm>>. Acesso em: 02 Mai 2020
- VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2000



**Francielle Magalhães
Vieira** Faculdade Novoeste
de Campo Grand



**Prof. Dra. Iara Sônia Mar-
chioretto** Faculdade No-
voeste de Campo Grande

Aspectos importantes da evolução da profissão e da educação na área contábil no Brasil

Por Luana Priscila Wunsch e Ana Maria Murbach Bortolanza



Contextualização

A figura do contador vem em crescente evolução ao longo dos tempos, notadamente no Brasil. Para tratar sobre os impactos do progresso da evolução da área contábil no cenário social atual, é relevante, de forma sucinta, registrar como ao longo dos tempos, no Brasil, chegou-se nas características que

aqui serão expostas, especificamente em aspectos que sofreram influência de nossos descobridores e colonizadores portugueses.

Durante leituras pormenorizadas da evolução e das influências sofridas pela contabilidade no país¹, historicamente observou-se que, desde os primeiros registros que se têm, que é grande a

influência portuguesa, notadamente no período da sua colonização, vigorou até a nossa independência. Pero Vaz de Caminha, ao descrever em sua carta ao Rei de Portugal sobre o descobrimento do Brasil, cita que sua função na esquadra não era da escrita, mas que possuía habilidades com os números. Desta forma, pode-se concluir que ele poderia desempenhar o papel de um "controller" na expedição.

Como reflexo dessa colonização, tivemos no nosso período colonial total dependência da corte portuguesa, daí a importância de se estudar a história da evolução da profissão contábil no Brasil dentro desse contexto. Assim, podemos iniciar constatando que em 1808, teve início a regulamentação da profissão contábil no Brasil. Analisando o que ocorreu em Portugal antes desse ano, podemos identificar que lá já houvera uma regulamentação, pela expedição por Dom José Rei, então Rei de Portugal, de um Alvará datado de 24/12/1768, obrigando o processo de escrituração contábil nos órgãos públicos, e posteriormente foi criado o Regimento para o Contador dos Armazéns e o Regimento para o Guarda-Livros, e surge assim a expressão “guarda-livros”, e que com a promulgação do Decreto Imperial n.º 4.475/1870 (BRASIL, 1870), que aprovou o Estatuto da Associação de Guarda Livros da Corte, expressão adotada no Brasil pelo profissional que se dedicava à contabilidade, entendeu-se que o “guarda-livros” era o contador em Portugal, mas na verdade o Rei exigia no referido Alvará, que lá os seus armazéns gerais fossem administrados por três pessoas, as quais controlavam desde o dinheiro que entrava pela arrecadação, até a venda dos itens que estavam armazenados. Pode-se presumir que um deles era considerado o gerente, outro era o contador e o terceiro, era o chamado de guarda-livros. Cada um deles possuía uma das três chaves dos armários onde ficavam guardados os livros, resumidamente, o contador tinha uma chave, o guarda-livros tinha outra e o administrador, outra.

A partir dessa explicação, conclui-se que o guarda-livros não tinha outra função a não ser essa, a de guardar os livros, inclusive segundo o referido Alvará; ele não deveria trabalhar no mesmo local do

Armazém e, sim, em uma casa separada, local em que os livros ficavam guardados sob a sua responsabilidade e, ainda, ele só poderia acessá-los quando os três administradores estivessem juntos.

Assim, tem início a história do guarda-livros em Portugal, mas como ele não tinha muitas atribuições, começou a fazer os registros das entradas e saídas das mercadorias, das receitas, das despesas e das vendas, dos armazéns do Rei, com isso ele passou a ser um auxiliar do contador. Sabe-se que a tecnologia está avançada em muitos aspectos, entre eles os voltados ao ensino a distância. Dessa forma temos que buscar soluções para propiciar aos estudantes dessa modalidade, uma vivência profissional, pois serão também no futuro, contadores, e assim buscou-se nesta pesquisa compreender de que

forma os estudantes dessa modalidade poderão vivenciar na prática os processos de escrituração e a finalização de um balanço, e saber interpretar as informações geradas, dominando o raciocínio contábil.

Seguindo nesta linha, a preocupação sobre a relação existente entre as bases do processo de aprendizagem desta área específica, como se pode verificar na Figura 1, concretizando a angústia de como possibilitar que o estudante da modalidade a distância consiga visualizar e colocar em prática os conceitos trabalhados em aulas teóricas para melhor compreender o que a sociedade atual espera de um contador.

Deste modo, é fundamental pensar em ferramentas que auxiliem tal contextualidade, ou seja, a disponibilização

Figura 01 – Bases da problemática da pesquisa



Fonte: Bortolanza e Wunsch (2020).

de tecnologias educacionais apropriadas a um aprendizado em qualquer lugar com acesso, em qualquer tempo, Pacheco, Kull e Santos (2008, p.2) afirmam que “também é realidade que todas as empresas enfrentam desafios relacionados à condução do negócio, precisando, portanto, de habilidades e conhecimento para obter um resultado econômico-financeiro que sustente a sua permanência no mercado”, quanto mais preparado o profissional, mais terá oportunidades para ingressar no mundo do trabalho, auxiliando as empresas em sua permanência no mercado.

Destarte, surge a necessidade da integração de ferramentas móveis para auxílio nas atividades práticas, visando por consequência a melhoria do nível educacional dos profissionais e proporcionando ainda conhecimentos e habilidades, as quais associadas a um planejamento de carreira, certamente contribuirão para o avanço do desempenho profissional nas atividades que serão desenvolvidas.

Assim, o presente estudo tem como objetivo também o de despertar em outros pesquisadores o interesse em analisar as principais bases a serem pensadas na formação inicial do contador, considerando os pressupostos de Planejamento, Aplicação e Avaliação pedagógicas e sociais para a sua entrada, coerente e significativa, no cenário do mundo do trabalho neste momento do século XXI.

A partir desse norte, evidencia-se que o pensamento contábil requer atenção de quem escolhe este curso como profissão e se dedicam a estudar mais profundamente seu mecanismo de compreensão, para poderem atuar com retidão e profissionalismo.

Há uma preocupação com esse

“ o presente estudo tem como objetivo também o de despertar em outros pesquisadores o interesse em analisar as principais bases a serem pensadas na formação inicial do contador ”

profissional que está sendo entregue no mercado de trabalho, se realmente está preparado para desempenhar sua função com profissionalismo, conhecimento e competência.

A profissionalidade da área contábil no cenário nacional

Com a vinda de Dom João VI para o Brasil, fugindo de Napoleão, ele foi acompanhado de pessoas que tinham saberes e conhecimento, inclusive na área de Contabilidade Pública, a qual já era uma prática utilizada pelos Reis em Portugal para controlar os seus haveres, suas rendas e também o seu patrimônio, refletindo na contabilidade pública, atualmente utilizada no Brasil.

Em 15 de julho de 1808, por meio de um Alvará foi oficializada a criação da primeira Escola de Comércio no Brasil, sendo patrocinada pela Associação Comercial

do Rio de Janeiro, e tinha como objetivo formar profissionais que, de alguma forma, entendessem de números e soubessem avaliar o valor das coisas. Acredita-se também que visava fortalecer os interesses do Banco do Brasil, criado em 1808, financiando as empresas que recorressem a empréstimos, essa Escola já tinha grande representatividade à época.

Em 1902 surge em São Paulo a Escola do Comércio Álvares Penteado, e três anos mais tarde, pelo Decreto nº 1.339/1905 (BRASIL, 1905), foram reconhecidos oficialmente os diplomas expedidos pela mesma.

A história da contabilidade vem se desenvolvendo desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais, inclusive o curso superior de Ciências Contábeis como se conhece hoje não existia, pois essa escola do Comércio formava os Técnicos em Contabilidade. Na sequência, esses técnicos tornaram-se contadores, surgindo em 1946 o curso superior de Ciências Contábeis.

Aqui é importante citar a Universidade Federal do Paraná que em 1945 reformulou o curso de Ciências Econômicas, criando a partir desse ano, os cursos de Ciências Contábeis e Atuariais e, também, de Administração e Finanças.

São histórias ricas sobre a contabilidade e todo aquele que a estuda acaba se apaixonando, Pacheco et AL. (2011, p.77) afirma que “em termos de mercado, ressalta-se a relevância do profissional contador, o qual, desde sua formação acadêmica, deve saber compreender o papel da ética para desempenhar sua profissão”, percebe-se de forma nítida que o papel do contador na sociedade é de suma importância, principalmente no mundo dos negócios.

Com o desenvolvimento da profissão, em 1946, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tendo como uma das suas primeiras medidas a criação dos Conselhos Regionais de Contabilidade, presentes em todos os estados brasileiros. No final da primeira metade do século XX, o conceito da profissionalidade na área contábil ainda estava enraizada na questão de prestação, controle, apuração e fornecimento de uma atividade de registro, como contagens dos seus animais, ferramentas, comida, entre outras (HERMANN JÚNIOR, 1958).

No cenário destes 20 anos do século XXI, é preciso (re) visitar este conceito para perceber o papel do profissional em uma sociedade mais dinâmica, sob o ponto de vista de comunicação, tecnológico e social. Neste cenário, para Viceconti e Neves (2018, p.1):

a contabilidade é uma ciência que desenvolveu uma metodologia própria com a finalidade de: a) controlar o patrimônio das empresas ; b) apurar o resultado das atividades das empresas; c) prestar informações às pessoas que tenham interesse na avaliação da situação patrimonial e do desempenho dessas entidades.

Azienda é uma palavra de origem italiana que significa empresa (Fonte: Disponível em: <https://www.significados.com.br/azienda/>. Acesso em: 28/10/2020).

Durante a década de 1990, Iudícibus, Martins e Gelbcke (1990), escreveram que a Contabilidade era além de um sistema de informação, era também de avaliação, sendo caracterizada por prover demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade. Neste sentido, é possível afirmar que a área não mudou

“Durante a década de 1990, Iudícibus, Martins e Gelbcke (1990), escreveram que a Contabilidade era além de um sistema de informação, era também de avaliação, sendo caracterizada por prover demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade.”

radicalmente com relação à entidade objeto de contabilização, afinal, é possível descrevê-la por meio de duas grandes bases descritas pelos autores: o tratamento de informações de natureza, com destaque ao impacto e o mínimo de custo, e a utilização de informações primárias constantes do arquivo básico, fornecendo bases de exceção para finalidades específicas, em oportunidades definidas ou não.

Ainda sobre essa definição, Iudícibus (2015, p.30) afirmou que por meio da temporalidade da evolução humana, viu-se um avanço da área, afinal está associada ao grau de progresso “econômico, social e institucional de cada sociedade”. Logo, a Contabilidade torna-se um instrumento de gestão em qualquer regime econômico, de mercado ou centralizado, com todas as nuances existentes, é nas economias de mercado que a contabilidade atinge seu ponto mais alto como cita Pacheco, Kull e Santos (2008, p.3) “as empresas possuidoras de recursos financeiros, tecnológicos e econômicos passam a ser agentes transformadores que exercem

influência sobre os recursos humanos, a sociedade e o meio ambiente”, a contabilidade participa desse processo registrando a transformação que ocorre no mercado, possibilitando as empresas um maior crescimento e, conseqüentemente, um maior destaque no mercado econômico. A contabilidade é uma poderosa ferramenta utilizada para que as empresas tenham controle sobre o seu patrimônio e com base nesses controles, que abrangem todos os atos e fatos ocorridos durante um certo período de tempo, podendo oportunizar aos gestores informações utilizadas no processo de decisão de suas organizações. O ponto de partida do estudo da Ciência Social na área contábil é quando pode-se estruturar uma atividade a partir de abordagens distintas, fornecendo ao público-alvo, um aporte de informações que seja capaz de ir além de cadastrar dados, mas dar suporte a cada tipo de usuário pela responsabilidade dos dados cadastrados. Aspecto que vem ao encontro da afirmação geral da American Institute of Certified Public Accountants (AICPA, 1973, p.13):

[...] a função fundamental da Contabilidade tem permanecido inalterada desde seus primórdios. Sua finalidade é prover os usuários dos demonstrativos financeiros com informações que os ajudarão a tomar decisões. Sem dúvida, tem havido mudanças substanciais nos tipos de usuários e nas formas de informação que têm procurado. Todavia, esta função dos demonstrativos financeiros é fundamental e profunda. O objetivo básico dos demonstrativos financeiros é prover informação útil para a tomada de decisões econômicas.

Pode-se perceber, portanto, que os usuários da contabilidade mudaram ao longo dos anos, mas sua principal função (objetivo) é fornecer informações úteis para a tomada de decisão e a realização de

juízos com segurança, permanece inalterada com o passar dos tempos, conforme apresentada no Quadro 1:

Nota-se que as principais metas se misturam entre os usuários, impossibilitando a afirmação que uma seja especificamente daquele usuário, vista que todas se complementam. Assim, cabe o entendimento de seu surgimento.

No Brasil até o ano de 2018 o Ministério da Educação (MEC) tinha o registro de 1.101 cursos superior em Ciências Contábeis com 62.790 estudantes, destes, do Ensino Presencial são 1.053 Instituições de Ensino Superior (IES), em EaD são 48; quanto ao número de estudantes no Presencial são 47.115 e 15.675 em EaD, cabe aqui destacar o cenário do Estado do Paraná com 93 cursos, sendo presencial 87 e EaD 6, os estudantes são 10.087 no presencial 3.642 e em EaD 6.445.

Sá (1997, p.15) citou que “a contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixou de existir em decorrência dela”, o que faz exaltar que, talvez por isso, seus progressos quase sempre tenham coincido com

Usuário da Informação Contábil	Meta que Desejaria Maximizar ou Tipo de Informação mais importante
Acionista Minoritário	fluxo regular de dividendos.
Acionista majoritário ou com grande participação	fluxo de dividendos, valor de mercado da ação, lucro por ação.
Acionista preferencial	fluxo de dividendos mínimos ou fixos.
Emprestadores em geral	geração de fluxos de caixa futuros suficientes para receber de volta o capital mais ou juros, com segurança.
Entidades Governamentais	valor adicionado, produtividade, lucro tributável.
Empregados em geral, como assalariados	fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons reajustes, ou manutenção de salários, com segurança; liquidez.
Média e alta administração	retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido, situação de liquidez e endividamento confortáveis.

Fonte: Iudicibus (2015, p.5)

aqueles que caracterizaram os da própria evolução do ser humano, pois desde que o homem sentiu a necessidade de controlar quantidades (de comida, alimentos, animais, dentre outras), passou então a fazer contas e

consequentemente a praticar a Contabilidade.

Historiadores nos dizem que há sinais de existência do controle por contas desde aproximadamente, 2.000 anos a.C. Apesar disso, autores como, Melis (1950), Schmidt (2000), Iudicibus (2006), relatam a existência de controles desde os primórdios da civilização, como pinturas e marcações em rochas ou ossos. E é nesta linha de História e Ciência que é possível afirmar que os primeiros exemplos de contabilidade surgiram na civilização da Suméria, da Babilônia, da Mesopotâmia (Irã), no Egito e na China.

No Quadro 2 é possível verificar que a área ganha evidência ao longo da linha do tempo dos principais fatos sobre o desenvolvimento da contabilidade no país:

A partir do Quadro 2, vê-se que foi no século XIX que a área ganhou evidência, em 1808 iniciaram-se as primeiras manifestações com a publicação do alvará sobre a contabilidade, tornando obrigatório que os contadores

1808	Promulgação de Alvará tornando obrigatório a utilização do método das partidas dobradas como método de escrituração.
1850	Promulgação do Código Comercial Brasileiro, tornando obrigatória a escrituração contábil e elaboração anual do balanço.
1870	Decreto nº 4.475, aprovando o Estatuto dos Guarda-Livros.
1890	Oferta das primeiras disciplinas de Direito Administrativo e Contabilidade pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.
1902	Reconhecimento do curso de guarda-livros e perito contador da Escola de Comércio Álvares Penteado.
1905	Surgimento da faculdade de Ciências Contábeis pela USP;
1946	Criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
1948	Promulgação do Código Comercial Brasileiro
1964	Promulgação da Lei 4.230, instituindo as principais normas para elaboração e controle de orçamento para: União, Estados, Municípios e Distrito Federal.
1971	Criação do livro de Contabilidade Introdutória pelos professores da USP.
1972	Banco Central do Brasil baixou as circulares 178 (obriga registro do auditor independente exclusivo para contador) e 179 (trata dos princípios e normas da Contabilidade oficializando a expressão: Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos – PCGA).

1976	Criação da Lei 6.404 – Lei das Sociedades por Ações; Criação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.
1997	Lei 9.457, alterando a Lei 6.404/76.
1999	Resolução CFC 853 – Exame de Suficiência.
2001	Lei 10.303, alterando a Lei 6.404/76.
2007	Promulgação da Lei 11.638 com alterações em diversos dispositivos da Lei 6.404/76. Brasil passa a utilizar os princípios das IFRS - Internacional Financial Reporting Standards, visando melhor apresentação e compreensão das normas e demonstrações contábeis.
2009	Lei 11.941, alterando a Lei 6.404/76 (conversão da MP 449 de 2008) e a Lei 11.638/2007 bem como disciplinou sobre os aspectos tributários.
2010	Lei 12.249 – Exame de Suficiência.
2011	Resolução CFC 1328 – Regulamenta a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC.
2014	Lei 12.973 (conversão da Medida Provisória 627/13), trouxe muitas alterações que irão impactar o resultado e o patrimônio da empresa, com ou sem efeitos fiscais.
2018	Resolução CFC 1548 – Revisão da NBC.
2018 a 2020	Revisões das NBC.

Fonte: Bortolanza e Wunsch (2020)

públicos utilizassem na escrituração o método das partidas dobradas.

Em 1850 foi publicada uma das primeiras legislações da área contábil, o Código Comercial Brasileiro, o qual tornou obrigatória a escrituração contábil e também a elaboração anual do Balanço Geral.

A Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1890, começou a oferecer as disciplinas de Direito Administrativo e Contabilidade. Inicialmente, a tendência era tornar a Contabilidade como uma disciplina ligada ao Direito.

Em 1946 criou-se a Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (USP), coincidindo com a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Em 1948 houve a promulgação do Código Comercial Brasileiro.

No ano de 1964, inicia-se a considerada segunda fase de desenvolvimento da Contabilidade no Brasil, marcada pela introdução do método de ensino norte-americano, pelo Professor José da Costa

Boucinhas. Ocorreu também a promulgação da Lei n.º 4.230 (BRASIL, 1964), instituindo as normas gerais para elaboração e controle do orçamento e balanços da União, estados, municípios e também do Distrito Federal.

Ocorreu em 1971 a publicação pelos professores da USP do primeiro livro sobre Contabilidade Introdutória.

Já em 1972, o Banco do Brasil baixou as circulares 178 e 179, as quais foram um grande estímulo legal para o desenvolvimento da Contabilidade brasileira, pois as circulares tratavam do registro do auditor independente, exclusivamente por contadores, e tratavam dos princípios e normas de Contabilidade, sendo oficializada a expressão: Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos – PCGA.

em 1976 ocorreram dois fatos importantes para a contabilidade brasileira: primeiro foi a publicação da Lei n.º 6.404 (BRASIL, 1976), regulamentando as Sociedades por Ações, e segundo, a criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos anos de 1997 e 2001, foram promulgadas as Leis n.os 9.457 e 10.303, respectivamente, ambas alterando a Lei n.º 6.404/1976.

Em 1999 o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estabeleceu o Exame de Suficiência através da Resolução CFC n.º 853 (BRASIL, 1999), sendo aplicada a primeira versão do Exame de Suficiência em 2000, mas foi suspenso em 2005.

A Lei n.º 11.638, de 2007 (BRASIL, 2007), trouxe muitas mudanças que alteraram diversos dispositivos da Lei n.º 6.404/1976 – Lei das Sociedades Anônimas, aproximando assim a Contabilidade Brasileira do modelo mundialmente adotado, porque utilizava os princípios das International Financial Reporting Standards (IRFS), buscando uma apresentação e compreensão mais adequada das demonstrações contábeis.

Já a Lei n.º 11.941, de 2009 (BRASIL, 2009), alterou a Lei n.º 6.404/1976 (sendo a conversão da Medida Provisória de 2008), alterando assim a Lei n.º 11.638/2007

“Lei das Sociedades Anônimas, aproximando assim a Contabilidade Brasileira do modelo mundialmente adotado, porque utilizava os princípios das International Financial Reporting Standards (IRFS), buscando uma apresentação e compreensão mais adequada das demonstrações contábeis. ”

disciplinando os aspectos tributários.

No ano de 2010 houve consenso de que o Exame de Suficiência, regulamentado pela Lei n.º 12.249 (BRASIL, 2010), deveria voltar a ser aplicado a partir de 2011. Ainda em 2011, foi regulamentada a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade com a Resolução n.º 1328 (BRASIL, 2011).

Em 2014 a Lei n.º 12.973 (BRASIL, 2014) converteu a Medida Provisória n.º 627/2013, trazendo muitas alterações que impactaram o resultado e o patrimônio das empresas, com ou sem efeitos fiscais.

Importante destacar que as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) classificam-se em Profissionais e Técnicas, as Normas Profissionais são voltadas ao regramento do exercício da profissão, e são classificadas em NBC PG – Geral, NBC PA – do Auditor Independente e a NBC PP – do Perito Contábil; já as Normas Técnicas estabelecem os conceitos doutrinários, as regras e os procedimentos aplicados à Contabilidade são

classificados em NBC TD – Geral e as suas Revisões.

Sob esta linha descritiva, verifica-se que foi a partir da utilidade das informações das demonstrações contábeis elaboradas pelo contador, que o mundo do trabalho para esse profissional cresceu no Brasil, passando para além da diplomação em bacharel, buscando novos cursos, destaque para os mestrados e doutorados acadêmicos e profissionais ofertados e sua constante necessidade de atualização diante da rápida transformação que a economia mundial vem passando.

De acordo com Iudícibus (2015), o número de bons profissionais, com ampla visão de administração financeira (além de contabilidade), é ainda modesto. E aqueles mais preparados assumem cargos gerenciais em controladorias, diretorias financeiras, de contabilidade e de custos, auditorias interna e externa, com bons salários e, principalmente, com satisfação profissional.

Lopes e Martins (2014, p.102) afirmam que “dentro desse processo de construção da

Contabilidade, o contador, naturalmente, possui papel central”. Na legislação educacional isto não passou batido. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n.º 5.692 de 1971 (BRASIL, 1971), por exemplo, passou a ter como objetivo a profissionalização. Assim, todas as escolas públicas e privadas tiveram que se adequar a essa profissionalização; em 1996, foi promulgada a LDB n.º 9.394 (BRASIL, 1996), que dispôs sobre a educação ao longo da vida, sendo voltada ao processo da formação humana.

Nos últimos anos, com a criação da Revisão das Normas Brasileiras de Contabilidade pela Resolução CFC n.º 1.548, de 2018, tendo como finalidade alterar, incluir e excluir textos das normas vigentes, constata-se que ocorreram diversas atualizações nessas normas, adequando e modernizando a sua linguagem.





CONSIDERAÇÕES

Diante dessas constatações, percebe-se que a profissionalização do contador tem se acentuada nos últimos anos. Aproveitando do avanço da tecnologia e com as constantes mudanças que ocorrem na economia interna e externa, e que requerem do contador uma permanente atualização, para que, assim, possa oferecer às empresas um trabalho de qualidade, que favoreça a correta tomada de decisão, requerem também um melhor preparo para sua entrada no mundo do trabalho.

A partir das premissas estudadas, verificou-se a necessidade de buscar alternativas que venham contribuir para uma aprendizagem efetiva, refletindo, assim, na qualidade da atividade do profissional que chega a este contexto, agora mais tecnológico, com novas perspectivas do tempo de trabalho, tempo social e tempo de interação. Sobressaindo a realidade durante e pós-Covid-19.

A condução desta pesquisa foi baseada na problemática de como levar o acadêmico de

Ciência Contábil a compreender o complexo conceito de inserção de dados, de forma correta e quão intensamente interpretá-los para auxiliar o cliente na gestão ou tomada de decisão em sua empresa. Sob esta linha, os estudos extrapolaram a primeira perspectiva da tecnologia e migrou-se para um sentido pedagógico do ensino da contabilidade, no contexto da profissionalização integral, levando o acadêmico a estar apto a atuar na prática da contabilidade, efetivando com sucesso o complexo raciocínio contábil.

“Um dos fenômenos que tem contribuído para essa evolução constatamos que é o Exame de Suficiência, que pode ser realizado pelos estudantes do último ano do curso de Ciências Contábeis e, também, pelos bacharéis em Ciências Contábeis.”

Na revisão da literatura da área contábil, além de se ter um suporte histórico e atual sobre a docência e a profissionalidade na área, foi possível (re) conhecer bases pelos quais possibilitaram compreender a necessidade de se pensar em ferramentas que apoiassem estes futuros profissionais com mais valias para entrada neste (novo) cenário.

Um dos fenômenos que tem contribuído para essa evolução constatamos que é o Exame de Suficiência, que pode ser realizado pelos estudantes do último ano do curso de Ciências Contábeis e, também, pelos bacharéis em Ciências Contábeis.

Esse Exame de Suficiência tem como finalidade avaliar previamente os conhecimentos básicos

desses estudantes ou bacharéis, os quais, quando aprovados podem se registrar no órgão de classe regional, sendo habilitados a desenvolver sua profissão na área contábil.

Buscou-se no site do CFC os Exames de Suficiência aplicados nos anos de 2018 e 2019, em duas versões anuais. Analisando os conteúdos destes exames constatou-se que as avaliações são elaboradas com base nas matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis ofertados nas Instituições de Ensino Superior em todo o Brasil.

Tem-se que registrar, também, o avanço tecnológico que o mundo vem passando e, portanto, com a contabilidade não poderia ser diferente; as tecnologias vieram para auxiliar o trabalho rotineiro, bem como o fornecimento



de relatórios gerenciais mais oportunos e eficientes, com informações úteis e necessárias para a correta tomada de decisão nas empresas, contribuindo para que o contador venha desempenhar outras funções dentro das organizações com maior destaque e, principalmente, com mais profissionalismo.

O processo de inovação no estudo da contabilidade vai além dos conteúdos a serem ensinados, mas, sim como eles são ensinados, com a utilização de ferramentas tecnológicas, elas otimizam o processo entre os estudantes, seus pares e, principalmente, com o professor que é o mediador nesse processo de conhecimento.

Tem-se que reforçar o papel dos professores da área contábil e o impacto que eles provocam nos estudantes, pois parte da motivação e do interesse deles vêm de como o professor compartilha esse conhecimento, que a qualificação e a reciclagem fazem parte deste processo, mantendo-se atualizado e conectado com as novidades e transformações que ocorrem em qualquer profissão.

Este estudo reforça para a sociedade o reconhecimento da importância desse profissional, da pujança dessa profissão, que quanto mais preparado, mais qualificado estará para auxiliar a sociedade em todos os ramos da nossa economia.

Portanto, espera-se que este estudo sirva de base para futuros pesquisadores sobre o mundo da contabilidade, ressaltando o papel do contador e sobre a importância do professor da área contábil, despertando assim, o interesse, a curiosidade e a busca por novos rumos na pesquisa, lembrando que a aprendizagem vai além do que é ensinado em sala de aula e converge à preparação de um profissional ético, competente, e preparado para adentrar ao mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ACCOUNTING INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS. Statement nº 4. New York: AICPA/APB, 1973.

ARQUIVO NACIONAL. Torre do Tombo, 2017. Carta de Pêro Vaz de Caminha. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185836>. Acessado em: 23/09/2020.

BRASIL. Decreto nº 4.475, de 18 de fevereiro de 1870. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4475-18-fevereiro-1870-552838-publicacaooriginal-70394-pe.html>. Acessado em: 27/09/2020.

BRASIL. Decreto nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-publicacaooriginal-135659-pl.html#:~:text=1%C2%BA%20A%20Academia%20de%20Comercio,os%20diplomas%20por%20ella%20conferidos>. Acessado em: 07/12/2020.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acessado em: 27/09/2020.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em 08/06/2020.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acessado em: 27/09/2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 08/06/2020.

BRASIL. Lei nº 9.457, de 05 de maio de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9457.htm. Acessado em: 27/09/2020.

BRASIL. Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10303.htm. Acessado em: 27/09/2020.

BRASIL. Decreto Lei nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5622.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.622%20C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202005.&text=Regulamenta%20o%20art.,e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional. Acessado em: 27/09/2020.

BRASIL. Lei nº 11.276, de 07 de fevereiro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11276.htm. Acessado em: 27/09/2020.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acessado em: 27/09/2020.

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm. Acessado em: 27/09/2020.

BRASIL. Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12249.htm. Acessado em: 27/09/2020.

BRASIL. Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12973.htm. Acessado em: 27/09/2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Caderno analítico do exame de suficiência: histórico dos resultados. Brasília: CFC, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC 1328, de 22/03/2011. Revisão de NBC. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>. Acessado em: 27/09/2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC 1.486 de 15/05/2015. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). DOU 22/05/2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC 1.548 de 16/08/2018. Revisão dos Normas Brasileiras de Contabilidade. DOU 22/08/2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Quantos somos. Dados Estatísticos. Disponível em: <https://cfc.org.br/registro/quantosomos2/>. Acessado em: 27/09/2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Exames de Suficiência. Disponível em: <https://cfc.org.br/exame-de-suficiencia-antigos/10-exame-de-suficiencia-de-2020/>. Acessado em: 27/09/2020.

HERRMANN JR., Frederico. Organização Contábil e Administrativa das Empresas Industriais. São Paulo: Atlas, 1958.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior 2018. Brasília: INEP, 2019. Disponível em <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 08/06/2020. ITOZ, Cláudio de, et. al. Contabilidade Básica. Curitiba: Fael, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de

Contabilidade das Sociedades por Ações. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1990.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 8. ed. Editora: Atlas, São Paulo, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 11. ed. Editora: Atlas, São Paulo, 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. Introdução à Teoria da Contabilidade. 6. ed. – [2. Reimpr.]. – São Paulo: Atlas, 2018.

LOPES, Alexandre Broedel; MARTINS, Eliseu. Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem. Editora: Atlas, São Paulo, 2014.

MELIS, F. Storiadellaragiometria – contributo alla conoscenza e interpretazione del le font ipiúsignificative del lastoria econômica. Itália: Bologna – Dott. Cesare Zuffi – Editore, 1950.

PACHECO, Vicente; GARCIA, Regis; KUHL, Marcos Roberto; SANTOS, Ademilson Rodrigues dos. Contabilidade ambiental e sustentabilidade empresarial: estudo das empresas do ISE-BOVESPA. In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Custos. Paraná. 2008.

PACHECO, Vicente; NASCIMENTO, Cristiano do; BEZERRA, Tainan de Lima; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci; ANTONOVZ, Tatiane. O tema “ética” na percepção dos alunos de graduação de ciências contábeis em universidades da região sul do Brasil. Revista Contemporânea de Contabilidade. ISSN 1807-1821, UFSC, Florianópolis, v.7, nº14, p.75-96, jul/dez., 2011.

SÁ, Antonio Lopes de. História Geral e das Doutrinas da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHMIDT, Paulo. História do Pensamento Contábil. Porto Alegre: Bookman, 2000.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. Contabilidade Básica. 18.ed.rev.Eatual.–SãoPaulo:Saraiva,2018. Disponível em:<

Luana Priscila Wunsch: Doutora em Educação/Professora do PPGENT/UNINTER



Ana Maria Murbach Bortolanza: Mestre em Educação e Novas Tecnologias/Bacharel em Ciências Contábeis

Conversa Afinada

+ + + + +

Entrevista com Sylvania Nossa

Conte-nos um pouco sobre a presença da Contabilidade em sua vida. Como foi o início e quais foram as maiores experiências que a profissão lhe proporcionou até hoje?

Sou técnica em contabilidade, bacharel em Ciências Contábeis, mestre em Contabilidade e doutora em Contabilidade e Administração. Desta forma, iniciei a carreira muito jovem, na década de 90, atuando em um escritório de Contabilidade em Vila Velha (ES). Posteriormente, associei-me a este escritório, onde ampliamos a nossa atuação para outras regiões.

Em 2005, concluí a Graduação na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e decidi continuar estudando, até que, em 2007, concluí o mestrado em Ciências Contábeis. Após o mestrado, percebi que a Contabilidade era muito mais do que eu tinha visto na graduação. Em 2014 iniciei o doutorado em Ciências Contábeis e Administração na Fucape e fiz um ano de estágio Sanduíche Michigan State University.

No período de 2005 a 2021, tive vários artigos científicos publicados em Anais de Congressos e em Periódicos Científicos, e em todos os estudos eu abordo a Contabilidade e a Administração. A pesquisa que desenvolvi na dissertação de mestrado serviu de base para uma matéria veiculada na Revista Exame.

Em outras palavras, a Contabilidade sempre esteve presente na minha vida acadêmica e profissional. Eu

gosto muito do que eu faço enquanto gestora, consultora, professora ou como presidente da Academia Capixaba de Ciências Contábeis.

Em sua visão, qual o papel das Academias Regionais de Ciências Contábeis como fomentadoras do conhecimento e quais os principais projetos da Acacicon em sua gestão?

Na minha visão, o papel das Academias Regionais de Ciências Contábeis é amplo e vem sendo executado com muito sucesso enquanto fomentadoras do conhecimento. Este contexto ocorre, pois, os participantes das academias regionais são profissionais com muita experiência e network que podem proporcionar o fomento de conhecimento à sociedade contábil envolvida. Na minha gestão na Acacicon, trabalhamos num contexto de pandemia por Covid-19, por isso todas as atividades que estavam previstas para ocorrer em 2020 e em 2021 na Acacicon foram mantidas a distância, por meio de tecnologia que proporcionasse o distanciamento entre os participantes.

Todas as reuniões da Acacicon foram mantidas de acordo com o calendário previsto. Todos os eventos, especialmente o Quintas do Saber Capixaba, que se propunham a fomentar conhecimento aos profissionais de contabilidade foram mantidos de forma telepresencial durante o período de pandemia. Em 2020 foram eleitos 4 novos membros da Acacicon e a cerimônia de posse desses novos membros ocorreu



Presidente da Academia Capixaba de Ciências Contábeis (Acacicon), é doutora em Ciências Contábeis e Administração, gestora, pesquisadora e professora da área de negócios dos cursos de graduação e pós-graduação da Fucape Business School.

na modalidade telepresencial e foi divulgada no Youtube.

Os eventos que previam visitas às instituições de ensino para apresentar a Acacicon, presencialmente, foram postergados devido à suspensão das aulas presenciais em 2020. Entretanto, em 2021, estamos nos organizando para apresentar a Acacicon na modalidade telepresencial para os alunos dos cursos de Ciências Contábeis.

No que se refere aos eventos que envolvem professores e coordenadores dos Cursos de Ciências Contábeis, reprogramamos a agenda para o segundo semestre de 2021 para tentarmos viabilizar o evento de forma presencial, considerando que até lá o risco de contaminação por Covid-19 tenha sido mitigado. Os demais eventos presenciais em parceria com o CRCES e demais entidades foram transferidos para o segundo semestre.

Diante de tantas transformações na profissão contábil, sobretudo após a pandemia que ainda estamos enfrentando, como fica o cenário da pesquisa científica

na área?

O cenário de pesquisa científica na área de Contabilidade, na minha percepção, não foi tão afetado do ponto de vista de desenvolvimento de pesquisa, especialmente nos casos em que os estudos não dependeram de acessos a dados secundários atualizados. Mas, no que se refere a pesquisas que demandam coletas de dados secundários em plataformas instaladas em Instituições de Ensino Superior e que paralisaram as atividades devido ao contexto de pandemia, esses, sim, foram afetados. A título de exemplo, podemos destacar IES nas quais as aulas foram suspensas e por isso o acesso aos computadores, por meio dos quais os dados eram disponibilizados, passou a ser restrito ou proibido. Neste contexto os alunos e docentes não conseguem atualizar bases de dados nessas IES.

Ainda há o caso de estudos que dependem de dados primários, com corte transversal, por meio de entrevistas que precisaram de adaptações tecnológicas para viabilizar as coletas de dados, sem comprometer a segurança dos participantes da pesquisa.



Logo, de forma geral, a pesquisa em Contabilidade foi afetada se a IES envolvida na pesquisa não disponibiliza o acesso remoto a dados, por exemplo.

Em sua opinião, como está o desenvolvimento profissional dos profissionais do Espírito Santo e quais as principais tendências no âmbito do ensino-aprendizagem?

Na década de 90, no Espírito Santo, o desenvolvimento do profissional da contabilidade não se limitava à graduação, pois não tínhamos no estado uma Instituição de Ensino Superior que proporcionasse curso de mestrado nem de doutorado em Ciências Contábeis. Em 2000, surgiu o primeiro curso de mestrado profissional em Ciências Contábeis da Fucape, que passou a fornecer mestres em Ciências Contábeis. Esses novos profissionais mais capacitados passaram a atuar em várias empresas e em Instituições de Ensino Superior (IES) no Espírito Santo e no Brasil. Inclusive, muitos desses profissionais com mestrado pela Fucape se tornaram doutores na própria instituição e em outras IES pelo país.

Em 2010, a Fucape passou a oferecer o mestrado e doutorado acadêmico em Ciências Contábeis. No mesmo ano a Ufes também passou a oferecer o Mestrado acadêmico. Em 2018 a Fucape passou a oferecer o doutorado profissional em Ciências Contábeis, e em 2019 a Ufes iniciou o doutorado acadêmico em Ciências Contábeis. Este contexto mostra que atualmente, os profissionais da contabilidade têm oportunidades para o desenvolvimento profissional sem a necessidade de sair do Estado do Espírito Santo.

Na minha percepção, as principais tendências no âmbito do ensino-aprendizagem vão numa direção positiva e de crescimento para os alunos da graduação, que têm aulas com um corpo de professores com mestrado e doutorado. Isto

pode proporcionar conhecimentos e expectativas além da graduação, visto que os alunos atuais podem cursar mestrado e doutorado em IES dentro de Estado do Espírito Santo.

Como você enxerga o futuro da Contabilidade?

Na minha percepção, a Contabilidade é uma profissão de futuro com horizontes amplos. Existem muitas oportunidades de atuação do contador para entidades com e sem fins lucrativos, mas, o contador precisa perceber as oportunidades e desenvolver habilidades para ter sucesso profissional. Para isso, o profissional da contabilidade precisa estudar continuamente, sempre na busca dessas oportunidades e estar pronto para quando as elas surgirem.

Espaço para abordar algum tema que deseje, relacionado à Contabilidade.

A Análise da Contabilidade pode fomentar decisões gerenciais, mas também pode trazer informações para investidores externos à empresa. Atualmente, no mercado surgem vários profissionais incentivando as pessoas a investir no mercado acionário como se essa fosse uma tarefa fácil. Este tipo de profissional pode estar colocando em risco todo o investimento da vida de “investidores inocentes”, que, em busca de lucro fácil, correm riscos sobre os quais não têm domínio e nem conhecimento.

A Contabilidade pode fornecer informações para os investidores na tomada de decisão, mas para chegar a esse nível de conhecimento é necessário estudar Contabilidade. Muitos contadores elaboram as peças de contabilidade das empresas, mas não utilizam a contabilidade para investimento em ações, por exemplo. Mas a seleção de ações de empresas pode ocorrer olhando, entre outras, coisas para a contabilidade das empresas.



A Contabilidade em minha vida

Quinta filha de seis irmãos, cujos pais nascidos e criados no interior do Município da Lapa, no Estado do Paraná, decidiram vir morar na cidade para que os filhos pudessem estudar, sempre estudou em escola pública, contribuindo em casa financeiramente e sendo responsável, como muitos, pela sua formação acadêmica.

Esta sou eu, Ana Maria Murbach Bortolanza, 47 anos, nascida e residente na cidade da Lapa, Estado do Paraná; casada com Neri Bortolanza Júnior, professor de História da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, atualmente diretor em um dos maiores colégios da nossa cidade; e mãe do Matheus, que tem 13 anos e do João, que tem 9 anos.

Conheci a Contabilidade aos treze anos de idade. Mesmo sendo tão jovem, a função não me assustou, como acontece com muitas pessoas quando ouvem o termo Contabilidade.

O trabalho em um escritório de contabilidade, fazendo a escrituração fiscal em livros de entradas e saídas de mercadorias, manualmente, levou-me a entrar neste mundo tendo como exemplo os meus irmãos mais velhos, que são 4, todos formados em Contabilidade, trabalhando na área e atuantes na função. Como uma de minhas irmãs trabalhava em escritório contábil, convidou-me para ajudá-la nessa tarefa, mesmo enquanto eu ainda cursava a sétima série do primeiro grau (hoje ensino fundamental).

Após a conclusão do primeiro grau, iniciei o segundo grau; à época, poderia ser um curso técnico, profissionalizando os estudantes, e minha escolha não poderia ter sido outra: cursei Técnico em Contabilidade, estudando mais três anos sobre este universo.

Concluindo o curso técnico, fiz vestibular para Ciências Contábeis na Universidade do Contestado (UNC), na cidade de Maratá (SC). Aprovada, comecei a aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre a Contabilidade. Durante a faculdade, em auxiliava o professor a esclarecer dúvidas aos meus colegas de turma, relativa à algumas disciplinas, principalmente as de Contabilidade básica. Também esclarecia o entendimento da dinâmica

“ Durante alguns anos, atuei como gerente de controladoria de uma instituição financeira, podendo vivenciar a dificuldade de compreensão de sua contabilização por parte dos colegas e também dos clientes. ”

da técnica contábil, ou seja, ajudava-os a compreender o raciocínio contábil.

No período dos quatro anos de estudo na faculdade, sempre tive a facilidade de entendimento deste raciocínio, mas, para muitos colegas, não era fácil compreender, assimilar e colocar em prática a resolução de exercícios, elaboração de balancetes de verificação ou, até mesmo, no fechamento de um balanço patrimonial, durante uma avaliação.

Durante alguns anos, atuei como gerente de controladoria de uma instituição financeira, podendo vivenciar a dificuldade de compreensão de sua contabilização por parte dos colegas e também dos clientes.

Após esse período, conheci o mundo da Educação a Distância (EaD), tendo a experiência de escrever uma apostila de Contabilidade Básica e ministrar o respectivo curso no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Neste momento, tem início minha inquietação sobre a dificuldade dos estudantes da modalidade EaD quando entram em contato com o universo da Contabilidade, em assimilar essa dinâmica aliando os conceitos à vida prática.

Atualmente sou professora dos cursos de Ciências Contábeis e Administração de uma Instituição de Ensino Superior (IES) localizada na cidade da Lapa (PR); também, Servidora Pública do Município

da Lapa, no cargo de contadora, atuando como diretora-geral de Administração, na Secretaria de Administração, conhecedora do Orçamento Público, principalmente das três principais peças orçamentárias, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), além das rotinas de empenho, liquidação, entre outras.

Quando fiz minha inscrição no Mestrado em Educação e Novas Tecnologias (PPGENT), encontrei a oportunidade para pesquisar essa dinâmica entre os conceitos que os estudantes buscam e de como colocá-los em prática.

Sabe-se que a tecnologia está avançada em muitos aspectos, entre eles os voltados ao ensino, tais como a vivência profissional desses futuros contadores, mas minha inquietação está inserida exatamente neste ponto, na forma em que os estudantes e futuros profissionais farão para conciliar um balancete ou um balanço e saber encontrar possíveis diferenças, se eles ainda não dominam o raciocínio contábil. Neste sentido, minha pesquisa buscou sanar a problemática: Como levar o acadêmico de Contabilidade a compreender o complexo conceito de inserção de dados de forma correta e quão intensamente interpretá-los, para auxiliar o cliente na gestão ou tomada de decisão em sua empresa?

Defendi minha dissertação com o tema O CONTEXTO DO ENSINO CONTÁBIL: APLICABILIDADES DE COMUNICAÇÃO, CRIATIVIDADE, CRITICIDADE E

COLABORAÇÃO PARA A OTIMIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DOS FUTUROS CONTADORES, no mês de outubro de 2020, sendo aprovada com nota máxima, conceito “A”, com louvor e distinção.

Como fui “picada” pelo bichinho da pesquisa, pretendo continuar e aprofundar-me na busca pelo conhecimento.

Sou muito grata ao Professor Doutor Vicente Pacheco, que participou na minha banca de qualificação e defesa, contribuindo enormemente para o sucesso da minha pesquisa e com o convite para contar a vocês a minha história com a Contabilidade.

Espero que meu relato contribua para que muitos estudantes de Ciências Contábeis sintam-se estimulados a buscar aquilo que realmente importa em sua vida, pois nenhum obstáculo é impossível de ser ultrapassado. Enfim, que tenhamos a sabedoria de entender que tudo vem no momento certo!



Ana Maria Murbach

Bortolanza: (BORTOLANZA, A.M.M.), Mestra em Educação e Novas Tecnologias – Uninter. Especialista em Auditoria Contábil e Desenvolvimento Gerencial e Pessoal, ambas pela FAE Business School. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Contestado (UNC). Atuou como Gerente de Controladoria na Sicredi. Professora Orientadora e Tutora a Distância em cursos a Distância na UFPR. Atualmente Contadora na Prefeitura Municipal da Lapa, estando como Diretora Geral na Secretaria de Administração. Professora Presencial e EaD nos cursos de Gestão da Faculdade Educacional da Lapa (Fael), trabalhando com as disciplinas de Controladoria, Gestão de Serviços, Empreendedorismo, Conflitos e Negociação, Contabilidade Básica, Contabilidade Gerencial, Teoria da Contabilidade, Gestão de Pessoas, entre outras.



Marta Maria Ferreira Arakak

Nasceu em Carmésia (MG). Aos 4 anos, ficou órfã de pai e foi morar em Belo Horizonte (MG) com os irmãos e a mãe viúva, atualmente com 101 anos.

A partir dos 12 anos, assumiu a condição de arrimo da família, trabalhando e estudando à noite. Aos 14 anos, iniciou como auxiliar em uma empresa de serviços contábeis, onde foi influenciada a ingressar no curso Técnico de Contabilidade, tendo obtido uma bolsa de estudo em uma conceituada escola particular. Condicionada a manter um bom aproveitamento, em 1964, conseguiu se graduar em primeiro lugar.

Em seguida, trabalhou com muito entusiasmo e dedicação na contabilidade de diversas empresas, como escolas, comércio de material de construção, de bombas e motores e de peças para veículos, entre outras.

Aos 22 anos, foi aprovada em concurso para Técnico de Contabilidade na Petrobras, em Betim (MG), mas optou por permanecer na mesma empresa, em que já atuava na área financeira, faturamento e pessoal, assumindo também a responsabilidade pela

contabilidade. Em seguida, foi aprovada no vestibular da UFMG, ingressou no curso noturno da Faculdade de Direito e continuou a conciliar os estudos com o trabalho durante o dia.

Em 1969, passou a morar no Rio de Janeiro, em função do casamento com o médico oftalmologista Kanziro Arakaki, falecido em 2013, com quem teve dois filhos, Cláudio e Luciana. Hoje Marta tem três netos: Laura, João Pedro e Maria Luiza.

Logo após sua mudança para o Rio de Janeiro, e grávida do primeiro filho, concluiu o curso de Direito e assumiu a contabilidade e o setor financeiro de uma empresa de serviços, com 10 filiais, que lhe proporcionou experiência na nova cidade.

Em 1974, participou de um curso na empresa Coad sobre as alterações nas áreas contábil e fiscal, relacionadas com a correção monetária de balanço e levantamento de insuficiências de depreciação. Este curso representou um novo direcionamento em sua carreira profissional, porque foi convidada para ingressar no quadro de consultores das áreas Tributária e Contábil da Coa,

vindo, pouco depois, a assumir a sua direção técnica, na sede situada no Rio de Janeiro, e das suas filiais em onze estados.

Nesta condição, coordenou a consultoria e a produção de textos e orientações técnicas dos informativos Coad, denominados ATC-Assessoria Técnica Contábil, ADP-Administração de Pessoal, ADV-Advocacia Dinâmica e dos Cursos COAD de Educação a Distância, com eminentes professores como Antônio Lopes de Sá, Hugo Rocha Braga e Américo Mateus Florentino, entre outros.

A partir de 1974, passou a ministrar muitos cursos e palestras em eventos nacionais e estaduais, e em cidades de todo País, sobre temas tributários e contábeis, inclusive os efeitos dos planos econômicos, entre eles o Plano Real, que implantou a moeda atual e estabilizou a inflação brasileira.

Por conta de sua atuação profissional, foi agraciada, em 1992, com o título de Acadêmica da Cadeira 99 da Academia Nacional de Economia (ANE) e, em 1997, foi eleita titular da Cadeira 65 da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), além de diplomas

de Contabilista Emérita, concedidos pelos Conselhos Regionais de Contabilidade do Rio de Janeiro e São Paulo.

Colaborando como voluntária em diversas entidades, foi presidente e conselheira do Sebrae/RJ, Conselheira do Sebrae / Nacional, Presidente da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac/RJ), vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), onde também presidiu o Conselho da Mulher Executiva, o Conselho da Pequena Empresa e a Comissão de Assuntos Tributários e, atualmente é sua conselheira benemérita, vice-presidente da Câmara Empresarial Rio, fundadora e vice-presidente do Observatório Social-Rio de Janeiro, na gestão 2017/2019.

Em 1983, com algumas empresárias e executivas participantes da ACRJ, fundou o Banco da Mulher - Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher, que presidiu por muitos anos, e estimulou a sua fundação em 12 capitais, inclusive Salvador, onde foi implantado um projeto com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em 1990, organizou e presidiu, a convite do presidente do CRCRJ, contador Hugo da Rocha Braga, o I Enamc - Encontro Nacional da Mulher Contabilista, na cidade do Rio de Janeiro, com o apoio

das Contadoras Vitória Maria da Silva e Diva Gesualdi (RJ), Aparecida Terezinha Falcão (SP) e Maria Constança Carneiro Galvão (BA).

Em 1994, a convite do presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), também organizou e presidiu o II Enamc - Encontro Nacional da Mulher Contabilista, durante o Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Salvador (BA), onde teve o apoio do presidente do CFC, Ivan Carlos Gatti, e de Maria Constança Carneiro Galvão, depois presidente do CRCBA e conselheira do CFC.

A partir de 1998, o Enamc evoluiu na sua programação técnica e social, coordenado pela contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, que era a presidente do CRCAL, quando realizou sua terceira edição, em Maceió. Em 2019, foi realizado o XIII Encontro Nacional da Mulher Contabilista, em Porto de Galinhas (PE), com um expressivo número de participantes.

Estes encontros nacionais e os eventos estaduais de mulheres contabilistas ajudaram a ampliar a participação das profissionais nas entidades da classe contábil, inclusive com a eleição de diversas presidentes, diretoras e conselheiras dos CRCs e CFC, sob a liderança da contadora Maria Clara Cavalcanti Bugarim, primeira presidente do CFC e da Abracicon.

De 1996 a 2001, Marta Arakaki integrou o Conselho Federal de Contabilidade e a sua Câmara Técnica, presidida pelos Professores Daniel Salgueiro (AL) e Olivio Koliver (RS), onde emitia pareceres sobre assuntos tributários e suas implicações na área contábil. Nesta condição, representou também o CFC e a Federação Nacional de Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon), como assessora técnica voluntária da Frente Parlamentar de Assuntos Tributários e Contábeis e da Frente Parlamentar de Pequena Empresa. Nessa época, participou da fundação e como conselheira da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC).

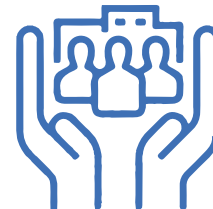
Atualmente, ainda exerce a atividade de consultora jurídica, fiscal e imobiliária.



Em 1994, a convite do presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), também organizou e presidiu o II Enamc - Encontro Nacional da Mulher Contabilista, durante o Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Salvador (BA), onde teve o apoio do presidente do CFC, Ivan Carlos Gatti, e de Maria Constança Carneiro Galvão, depois presidente do CRCBA e conselheira do CFC.



Taxonomia das Organizações sem Fins Lucrativos



Compreendendo a taxonomia

A literatura credita a origem do termo taxonomia ao mundo grego. O termo é concebido como uma técnica de classificação sistemática, de categorias de organismos e objetos, utilizado em vários ramos da ciência. Nas organizações sem finalidade de lucro o termo taxonomia é utilizado para categorizar essas organizações.

Categorização das Organizações sem Fins Lucrativos

Para categorizar as Organizações sem Fins Lucrativos, primeiramente a literatura as identifica como organizações pertencentes ao Terceiro Setor, separando-as do Estado, que compõe o Primeiro Setor, e do Mercado, que é o Segundo Setor. Esta classificação sugere que a taxonomia já é aplicada a partir da segregação setorial.

Categorização das Organizações sem Fins Lucrativos na economia brasileira

No Brasil, desde a Lei n.º 91, de 1935, Decreto-Lei n.º 525, de 1938, e mais recentemente com a Lei n.º 13.019, de 2014, a taxonomia oficial é instituída como Organizações da Sociedade Civil (OSC), mas proliferaram outros termos como "Terceiro Setor", "Entidades de Interesse Social", "Organização não Governamentais" e outros. No âmbito regulatório fiscal, essa identificação é feita pelo Cadastro Nacional de Atividade Econômica (CNAE), composto por 5 dígitos, sendo que os dois primeiros, à esquerda, "94", referem-se à organização e os três últimos, à direita, estão associados à atividade da organização. Por exemplo, uma organização cuja atividade seja defesa de direitos sociais teria o código CNAE 94.308.

Categorização das Organizações sem Fins Lucrativo sem outras economias

Em outras economias há uma significativa diversidade de taxonomias utilizadas para identificar as Organizações sem Fins Lucrativos, entre as quais destacam-se as seguintes:

a) setor sem fins lucrativos; b) instituições

de caridade; c) Terceiro Setor; d) setor independente; e) setor voluntário; f) setor isento de impostos; g) organizações não-governamentais; h) setor associativo; i) filantropia; j) economia social; k) organizações baseadas na fé. Para cada uma dessas terminologias (taxonomia) há uma descrição e pelo menos uma justificativa ou motivação para identificá-la. Para contextualizar algumas das motivações que levam a essa classificação, colocam-se, como exemplo, as seguintes:

Instituições de caridade. Esta taxonomia enfatiza o apoio de doadores privados caridosos. A instituição receptora assume a motivação "caridade" em nome do doador e se compromete a realizar sua vontade.

Setor independente. Esta taxonomia destaca o papel que essas organizações desempenham como uma "terceira força" fora do âmbito do governo que é movido poder político e do setor privado que é motivado pelo lucro.

Setores voluntário. Esta taxonomia enfatiza a contribuição significativa de pessoas voluntárias e bondosas para a gestão, operação e continuidade das Organizações.

Organização não Governamental. Aqui a taxonomia é utilizada para representar essas organizações no mundo em desenvolvimento e nas relações internacionais, na promoção do desenvolvimento econômico e social e, tipicamente, no nível de base.

Filantropia. O termo filantropia já se refere ao uso de riqueza pessoal e habilidades para o benefício de causas públicas específicas e é tipicamente aplicado a fundações filantrópicas e instituições similares. Organizações baseadas na fé (OBF). As organizações baseadas na fé formam uma categoria formada por clérigos da igreja para ajudar a atender às necessidades de serviço humano de sua congregação. Elas tendem a ser organizações de múltiplos propósitos que executam uma ampla gama de funções, desde a operação de abrigos para sem-

teto, bancos de alimentos e centros de bairro, até a execução de programas de treinamento e transporte de empregados. Essas organizações são identificadas como (a) agências de serviço da Igreja, (b) coalizões ecumênicas ou inter-religiosas, (c) ministérios diretos de serviços, e (d) ministérios patrocinados pela Igreja.

Considerações finais

A taxonomia do terceiro ainda está em construção. Porém, muito já se avançou. A inter-relação entre o terceiro setor e os outros dois é o caminho que está sendo percorrido e encontra uma relevante e significativa contribuição na discussão da economia social.

Referências

Paes, José Eduardo Sabo. (2003). Fundações e Entidades de Interesse Social. 4.ed. Brasília. Brasília Jurídica.

Salamon, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. (1992). In Search of the Nonprofit Sector II: The Problem of Classification. *Voluntas*. V. 3, nr. 3, pp-267-309.

Wagner, Antonin. (2012). Third sector and/or 'civil society': a critical discourse about scholarship relating to intermediate organizations. *Voluntary Sector Review*, v. 3, n. 3, pp. 299-328. <http://dx.doi.org/10.1332/204080512X658036>.



Professor Doutor José Antonio de França: Contador e Economista, Doutor em Ciências Contábeis e em Ciências Econômicas



Homenagem
100 anos

**de Militino
Rodríguez
Martínez**



Militino Martinez: um centenário

A viagem para Assunção, no Paraguai, partindo de Salvador, via Rio de Janeiro, para a participação na XVIII Conferência Interamericana de Contabilidade, foi relativamente tranquila, exceto pelo fato de que Sudário Cunha, por problemas na documentação, teria de desembarcar em Foz de Iguazu e, de lá, tentar ir de ônibus até Assunção.

No entanto, um temporal levou o avião direto até Assunção, onde Sudário conseguiu desembarcar, ficando por lá assim mesmo. Tudo transcorria normalmente em nossa viagem, e em uma tarde ensolarada saímos pela cidade, caminhando por várias ruas de Assunção em busca da compra de brinquedos.

Ao voltarmos para o hotel, Militino estava muito cansado e sentou-se em uma cadeira para descansar, quando nos avisou que não sairia para jantar.

Ao amanhecer do dia 29 de setembro, a Conferência acabou

para a delegação brasileira. Militino sofrera um terrível infarto e foi levado para uma clínica. Começou aí uma corrida para mandá-lo de volta ao Brasil, por meio de uma UTI no ar, o que só foi conseguido ao final da noite, quando ele foi transferido para São Paulo. Militino sobreviveu

“ Militino, contador, foi uma figura notável, portador de uma ética implacável, ocupou vários cargos públicos, sobretudo na Receita Federal





ao infarto, mas o seu filho mais velho, com apenas 44 anos, pouco tempo depois, também foi vítima de infarto, em seu caso fulminante.

Militino, contador, foi uma figura notável, portador de uma ética implacável, ocupou vários cargos públicos, sobretudo na Receita Federal, onde foi Superintendente na Bahia e no Estado da Guanabara, fazendo uma longa carreira de estado. Por muitos anos, foi diretor da Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade Federal da Bahia, formando gerações de contadores e economistas. Trabalhou pela criação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia, tendo sido o seu primeiro presidente e portador do registro número um. Entre o período de 1986 a 1989, presidiu também o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), à época, com sede na cidade do Rio de Janeiro, onde fez a aquisição do 12º andar do edifício situado na Av. Franklin Roosevelt n.º 115, para sede do CFC.

Era espartano e, quando ia para as reuniões no CFC, andava de ônibus do aeroporto até a sede do Conselho. Em 1992, por ocasião XIV Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado na cidade do Salvador, Bahia, ele foi agraciado com a medalha do Mérito Contábil João Lyra, maior comenda da classe contábil brasileira. Na oportunidade durante seu discurso de agradecimento assim se expressou: "Na verdade, há mais de cinquenta anos que vivo, convivo, sofro e me vejo, sempre, amando,

“Trabalhou pela criação do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia, tendo sido o seu primeiro presidente e portador do registro número um. Entre o período de 1986 a 1989, presidiu também o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), à época, com sede na cidade do Rio de Janeiro, onde fez a aquisição do 12º andar do edifício situado na Av. Franklin Roosevelt n.º 115, para sede do CFC. ”

cada vez mais a profissão contábil”.

Quando presidi pela primeira vez o Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia e tive a ideia de criar uma medalha com seu nome, fui até sua residência para lhe comunicar a homenagem, tendo ele me dito que não via sentido nela. Porém, mesmo a seu contragosto,

ao molde da medalha João Lyra, com o relato de Carlos Garcia Lorenzo, criamos a Medalha Militino Martinez para homenagear aqueles que prestaram relevantes serviços a classe contábil baiana.

Em junho de 1994, o Mestre Militino resolve deixar definitivamente suas atividades profissionais e transfere as instalações físicas de seu escritório para a contadora Maria Constança Carneiro Galvão.

Seus pais, imigrantes galegos, Gumercindo Rodriguez e Carmem Martinez, procriaram sete filhos, sendo o terceiro, chamado Militino Rodrigues Martinez, nascido em 15 de setembro 1920 e em 1995, como escreveu uma de suas filhas, “na madrugada do dia 7 de junho às 5h55, junto com a primeira luz do amanhecer, Deus o abraçou com o amor da eternidade. Ele merece a luz de uma estrela maior, uma estrela serena e forte como ele sempre foi”.



Adeildo Osorio de Oliveira: Presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade, Sócio da Audicont Auditores e Consultores.

Edgard Cornacchione



1) A dedicação aos campos da Educação e a Tecnologia aplicados às Ciências Contábeis são marcas de sua trajetória profissional. Como foi a descoberta e escolha dessas áreas de estudo e atuação em sua carreira?

R. A Contabilidade me descobriu, na verdade. Sou bem mais jovem que essa arte que vem pavimentando os caminhos para o avanço da sociedade, com registros de 5.000 anos em Uruk. Trabalhei desde muito cedo, com meu pai em seu escritório de contabilidade no interior do estado, e tive a sorte de ser introduzido ao mundo da informática por um engenheiro amigo da família. À época, primeiros anos da década de 80, a informática era algo bem distante da sociedade em geral (lembra-se da reserva de mercado?). A união destas duas áreas em prol dos negócios esteve comigo desde então. O foco de minha atenção à educação foi natural e veio com o início do meu programa de Mestrado, tendo se intensificado com minha visão de tecnologia, notadamente no final da década de 90.

2) Conte-nos um pouco sobre sua vivência como presidente do Conselho do Núcleo TECHNOLOGY & BUSINESS EDGE da USP.

R. O Núcleo representa um caminho real

de integração das reflexões e acervos acadêmicos com o mundo para além do ambiente universitário. Tal integração tem se mostrado ao longo da história muito benéfica para ambas as partes, procurando solidificar a relação integrada entre teoria e prática, notadamente relevante em áreas como as de tecnologia e de negócios. Atualmente tenho desenvolvido ações para garantir



Ao mesmo tempo que convivemos com aumento da importância dos serviços prestados pelos profissionais da área contábil financeira, observamos transformações tecnológicas que afetam e ajustam a forma e a demanda profissional.



parcerias relevantes e alcance ao público (pessoas e organizações) visando capacitação e projetos.

3) O Núcleo EDGE reúne docentes, pesquisadores e especialistas de forma integradora e interdisciplinar para apoio instrumental às atividades de cultura e extensão. Como é feito esse trabalho e quais seus principais impactos?

R. No mundo atual, pensar de forma isolada ou por demais segmentada pode trazer vieses indesejados. Cada vez mais, a dinâmica social nos impõe desafios que são de transposição mais complexa. No EDGE/USP a integração de especialistas de áreas complementares é fundamental para fazer frente aos problemas estudados e também aos programas de capacitação propostos. É difícil, para não dizer impossível, solucionar questões de tecnologia e negócios em organizações com perspectiva única. Basta olharmos os novos modelos de negócios e os impactos da transformação digital em negócios correntes. O acolhimento de ideias inovadoras, sistematicamente com gênese em times multidisciplinares é essencial.

4) Enquanto membro do Conselho do IAAER (International Association for Accounting Education & Research), como você

observa o cenário da educação voltada à contabilidade no âmbito mundial? E quais as principais transformações que ela traz para o mercado?

R. Inicialmente quero externar que a comunidade internacional da área de contabilidade, da qual tenho o privilégio de participar há anos, é diversa e assume perspectivas não necessariamente convergentes o tempo todo. Por isso mesmo, considero que a manutenção de espaços plurais e que acolham olhares verdadeiramente internacionais é fundamental. O IAAER representa, ao meu ver, um destes exemplos de espaço plural. A área de contabilidade busca se antecipar às necessidades do mercado e das organizações e por vezes ainda sinto-me impressionado de como alguns problemas compartilhados quase que integralmente por nações distintas. Sem medo de errar, um dos principais temas ao considerar o cenário da educação mundial é o indivíduo, a pessoa, o profissional. Mais que recursos ou insumos ao processo, o indivíduo e suas rápidas transformações (em nosso meio social) torna o desafio educacional ainda maior. Sejam os estudantes, sejam os professores, sejam os apoiadores do processo, sejam os contratantes, sejam os beneficiados diretos pelos serviços destes agentes, em todos os segmentos notam-se mudanças abruptas significativas mesmo em intervalos de tempos reduzidos. Ao mesmo tempo que convivemos com aumento da importância dos serviços prestados pelos profissionais da área contábil financeira, observamos transformações tecnológicas que afetam e ajustam a forma e a demanda profissional. Isso, em todas as profissões. Percebo que espaços como o IAAER lançam suas contribuições ao fomentar reflexões integradoras de realidades das várias nações e um olhar preciso sobre as transformações de demandas e de formação em nossa área. Isso acaba por gerar consequências relevantes, com olhar global, como novas propostas de abordagens, aspectos curriculares, e

“O mundo vem nos oferecendo soluções de alta qualidade, que se traduzem facilmente em aprimoramento das experiências educacionais para os protagonistas.”

componentes de formação ao longo da vida profissional.

5) Como você vê o e-learning hoje na área contábil e quais as suas perspectivas e tendências?

R. Há muito tempo tenho mantido olhar particular sobre os processos educacionais apoiados por tecnologia. Não apenas na área contábil, mas é difícil, ao meu ver, defender um processo único para toda e qualquer etapa do processo educacional, desde a educação básica até educação profissional continuada. Essa abordagem deve-se à inexistência, no passado, de multiplicidade alternativa de recursos educacionais, o que não é mais o caso. O mundo vem nos oferecendo soluções de alta qualidade, há décadas, que se traduzem facilmente em aprimoramento das experiências educacionais para os protagonistas. Ao mesmo tempo, as possibilidades tecnológicas e instrucionais foram se solidificando em consonância com o aumento da complexidade das demandas pelas pessoas e organizações. Isso, ao ponto de termos vivenciado no ano passado, em função de uma terrível ameaça sanitária à sociedade, processos altamente eficazes serem implantados em espaços de tempo extremamente exíguos, notadamente falo de ambientes universitários. Assim, o eLearning se apresenta como elemento central, que já vinha ao menos por duas décadas apresentando os recursos e dando as sinalizações

necessárias para a transformação, que por razões complementares foram sendo postergadas, com intensidades diferentes se olharmos as diferentes nações e culturas. Sabem que sou defensor de uma transformação educacional mais drástica alinhada com atribuir mais voz e atitude aos estudantes e empregar mais ativamente os recursos que a tecnologia nos oferece. Com sabedoria e competência, as mudanças, especialmente as planejadas, têm potencial enorme para aumentar o bem-estar social. Obviamente (e conscientemente), não se busca mudar para pior. Capacitar e valorizar a cadeia envolvida com a formação dos indivíduos de uma nação é parte de sua política fundamental.

6) Em sua opinião, como deve ser o educador contemporâneo no ensino das Ciências Contábeis, diante de tantas mudanças e inovações?

R. Educadores são, em sua essência, apaixonados pelo processo de formação e transformação de pessoas. Devemos aqui ressaltar que há muitos educadores de fato que não necessariamente assim se intitulam. Fora do ambiente formal educacional há uma coleção enorme de pessoas que se importam com as outras e buscam apoiar o processo (formal ou informal) de aprendizagem e o experiencial. Em nossa área isso é particularmente importante. Assim, considero que os educadores atuais devam elevar essa atitude em relação à transformação educacional, bem como explorar de forma consciente as alternativas instrucionais, notadamente amplificadas pelo uso da tecnologia, ao mesmo tempo que devem explorar as razões e fundamentos para que temas e assuntos sejam parte do processo de ensino e aprendizagem e da experiência proposta. Isso se deve ao fato de que o modelo existente até então, que chamo de regurgitativo, ampara-se na hipótese do reconhecimento e da lembrança (mais na base inferior da taxonomia de Bloom). Conhecimento factual, com o passar do tempo, foi

se tornando cada vez mais disponível. Qual o diferencial esperado de um profissional atualmente? É reconhecer e lembrar de coisas? Talvez seja mais que isso. Os grandes discriminadores, em minha visão, guardam relação com os atributos do que tenho chamado de "a vantagem humana." O que os assistentes virtuais, as vastas inteligências artificiais e compêndios de mecanismos de busca por algumas décadas ainda não irão alcançar. É aí que considero que devem ser alocadas nossas energias como educadores. Isso significa uma dramática e rápida revisão do processo educacional, sob pena de perda de relevância.

7) Como você vê o reposicionamento da área financeira relativamente às rupturas sociotécnicas? Conte-nos um pouco sobre sua visão enquanto pesquisador e profissional da área.

R. Apesar de alguns considerarem a contabilidade como mais filiada às ciências exatas, o mundo nos mostra como os processos organizacionais são altamente dependentes de atributos humanos e comportamentais. Entendo que ao reconhecer isso e enfatizar esse aspecto na formação e no exercício profissional, a área financeira ganha espaço. Os atributos de valor de transações e de capital já há décadas mostram-se diferentes. O descolamento do valor de uma entidade de seus ativos reais, com subsequentes desafios de mensuração e atribuição de valor, bem como a coleção de transações e movimentos de trocas indiretas representam exemplos de questões que são impostas pela dinâmica de mercado, para as quais

nem sempre a área financeira possui respostas catalogadas. Em minha visão é isso que nos confere incrível valor, enquanto profissionais da área, em oposição às teorias entrópicas que vitimizam a profissão. Essa vitimização em decorrência de rupturas sociotécnicas pode sim ser aceita, porém apenas em cenário em que nenhum movimento de revisão de rumo profissional seja feito. Porém isso requer um esforço muito significativo por parte dos agentes de formação e dos profissionais, que precisam sair em busca de desenvolvimento de atributos que ainda não possuem a clareza reconfortante como a que nos é apresentada no currículo mais tradicional. Enfim, aceitar a transformação dos hábitos e dos comportamentos de uma sociedade e dos impactos das novas possibilidades que são abertas em razão de maior adoção de tecnologia é uma condição inicial.

8) Nos âmbitos da Controladoria e Gestão, como você enxerga as transformações tecnológicas dos últimos tempos, sobretudo após a pandemia?

R. A pandemia, infelizmente por caminhos amargos, nos apresentou situações em que a tecnologia pode suprir necessidades e nos levou a novos patamares, tanto de possibilidades como de riscos. A gestão de organizações passou por momentos difíceis, especialmente em termos de processos e de pessoas neste novo formato. Igualmente, a Controladoria, seja como uma unidade ou permeando diversos segmentos de uma organização, acabou

por abraçar a tecnologia para permitir não apenas interferir com mais precisão no processo de planejamento, execução e controle, mas também para viabilizar a sustentabilidade dos negócios, buscando construir coletivamente soluções criativas e apropriadas para o momento. Minha leitura é que a controladoria sai desse período fortalecida. As adversidades nos mostram realidades até então não necessariamente reconhecidas e isso se soma ao conjunto de recursos que a aproxima do processo de decisão e do negócio em si. Ou seja, a tecnologia permite aproximar, como vivenciamos, não apenas as pessoas mas também o processo estratégico e decisório. Vejam o que fomos capazes de fazer nas organizações neste período de maior isolamento social e trabalho remoto! Isso não era concebido, por grande parte das organizações que puderam experimentar tais benefícios atualmente (e permitiu um destaque ainda maior para as organizações que já estavam aparelhadas para tal, culturalmente e tecnologicamente). Claramente, trata-se de uma vantagem competitiva que foi desnudada.

Edgard Cornacchione

Profº Titular da FEA/USP, é Bacharel, Mestre, Doutor e Livre-Docente em Ciências Contábeis pela FEA/USP e Ph.D. em Educação pela University of Illinois (EUA). Possui certificações por Harvard e Singularity University/NASA. É presidente do Conselho do Núcleo TECHNOLOGY & BUSINESS EDGE da USP. É membro do Conselho Curador da FIPECAFI, advisor do programa eLearning da FIPECAFI e membro do Conselho do IAAER (International Association for Accounting Education & Research).





Editor: Clóvis Belbute Peres

Cara leitora e caro leitor,

Duas obras de amplo impacto e calibre ocuparão o espaço dessa coluna nesta edição e na seguinte. Ao fim desse inusual 2020, sairemos também um pouco do padrão seguido até o momento. Não por um capricho desse columnista, mas pela amplitude, novidade, e impacto de cada uma das obras resenhadas. Cada uma demanda por uma análise separada. Seus assuntos são por demais importantes e urgentes. A leitura de cada uma é quase obrigatória nesses dias de intensas mudanças e debates. Boa leitura!



Livro: A Tirania do Mérito

Autor: Michael J. Sandel

Ed: Civilização Brasileira

Ano: 2020

O Professor Michael J. Sandel é famoso por suas brilhantes aulas sobre ética, moralidade e justiça na prestigiosa Universidade de Harvard. Seu mais famoso clássico, *Justiça*, publicado em 2009, pode ser em algum sentido o precursor de seu mais novo trabalho, o texto ora analisado.

A Tirania do Mérito é um chamamento à razão daqueles cuja metáfora mais adequada seria descobrir que vestíamos uma venda, não apenas

levantá-la. Tão impregnada é a noção de mérito hoje em dia que não nos lembramos o quanto isso impacta o que fazemos e o quanto sua definição e consequências podem ser danosas ao tecido social. Lendo o livro, descobre-se, por exemplo, que até mesmo o termo "meritocracia" foi cunhado muito recentemente (pelo autor e político britânico Michael Young) e com o objetivo de expor um caminho de dominação e humilhação, não de virtude e sucesso.

O texto não é longo. Algumas das ideias se repetem de forma um tanto exacerbada, como se o autor quisesse garantir que as tivéssemos entendido indubitavelmente. Nada disso, porém, ofusca o impacto e a atualidade da mensagem cuja reflexão leva imediatamente ao título do capítulo de conclusão: "Mérito e o Bem Comum". Talvez um resumo do que se pretende a obra: anção de mérito e uma sociedade meritocrática busca e realiza o bem comum?

Os outros capítulos são a construção pra essa apoteose. Não que se precise esperar até ela para compreender que parece equivocada a visão inicial e simplista que possuímos da meritocracia como pilar social, indutora do bem e padrão de justiça. Em sete capítulos curtos, o autor enfrenta as principais questões associadas a uma moralidade baseada na noção de mérito. A distinção entre perdedores e ganhadores, a lógica de dar condições iniciais a todos, a ética do sucesso, dentre outros "hot topics" compõem o envolvente raciocínio pelo qual o autor nos guia.

Uma das mais conhecidas atitudes atuais, a corrida por um diploma universitário, e o credencialismo por trás dessa corrida são expostos ao longo do texto, mas em especial no capítulo 4. Estamos de fato no caminho correto ao buscarmos cada vez mais nos distinguirmos uns dos outros através de quem é "melhor"? Se o passado impedia a mobilidade, agora a mobilidade transforma em derrotados e inúteis aqueles que não ascendem. Chega de "spoilers"! rrsrs. Convido todos a apreciar e refletir detidamente sobre o instigante tema trazido pelo autor. Esse tema seguirá conosco por um bom tempo, ao que parece.

Boa leitura!

ASSISTA ÀS GRAVAÇÕES DO QUINTAS DO SABER NO



DA ABRACICON

